



**Tânia Marisa Marques  
Cancela**

**INOVAÇÃO SOCIAL: APLICAÇÃO DO MODELO  
RESINDEX NO CONTEXTO PORTUGUÊS (NUTS II)**



**Tânia Marisa Marques  
Cancela**

**INOVAÇÃO SOCIAL: APLICAÇÃO DO MODELO  
RESINDEX NO CONTEXTO PORTUGUÊS (NUTS II)**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Economia, realizada sob a orientação científica da Doutora Marta Alexandra da Costa Ferreira Dias, Professora Auxiliar do Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo da Universidade de Aveiro e coorientação científica da Doutora Marlene Paula Castro Amorim, Professora Auxiliar do Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho aos meus pais e irmã que sempre me apoiaram nesta grande etapa.

## **o júri**

presidente

**Prof. Doutor Joaquim Carlos da Costa Pinho**

Professor associado com agregação do departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo da Universidade de Aveiro

**Prof.<sup>a</sup> Doutora Lúcia Maria Costa Pinto**

Professora associada com agregação da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho

**Prof.<sup>a</sup> Doutora Marta Alexandra da Costa Ferreira Dias**

Professora auxiliar do Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo da Universidade de Aveiro

## **agradecimentos**

Gostaria de agradecer a todos aqueles que contribuíram, direta e indiretamente, para a realização deste trabalho.

Primeiramente gostaria de agradecer o apoio dos meus pais e da minha irmã. Sem eles não teria conseguido concluir esta etapa. A eles um muito obrigada.

Não posso deixar de expressar os meus sinceros agradecimentos à professora Marta Ferreira Dias. A ajuda e o apoio que deu foram cruciais para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço também à professora Marlene Amorim pela ajuda e pelas dicas que foram muito importantes na investigação desta área.

## **palavras-chave**

Inovação social, RESINDEX, NUTS II, Medição do impacto.

## **resumo**

A inovação social, apesar de ser um conceito retratado há alguns anos, tem ganho cada vez mais importância nas diversas economias. O surgimento constante de problemas sociais, acompanhados com a falta de recursos públicos, tem incentivado os empreendedores a apostarem na inovação social, como resposta aos problemas sentidos na sociedade. Apesar da crescente importância deste setor, a área da inovação social enfrenta dois grandes problemas: a insustentabilidade financeira e a dificuldade na medição do impacto das inovações sociais. É neste último desafio que se baseia a 2ª parte deste trabalho que pretende contribuir para a área da quantificação das atividades de inovação social abordando o seu impacto, através da aplicação do modelo RESINDEX nas regiões NUTS II portuguesas. Com base nos índices determinados pelo modelo compostos por um conjunto de indicadores escolhidos e recolhidos em diversas fontes estatísticas, como o Instituto Nacional de Estatística (INE), pretende-se contribuir para a compreensão acerca da capacidade potencial de cada região na inovação, a sua orientação para aspetos sociais, bem como o sucesso das inovações sociais ao nível regional. O cálculo de médias, a definição de uma escala, bem como a criação de categorias para os indicadores estudados serão alguns desenvolvimentos que permitirão traduzir os índices do RESINDEX para as regiões NUTS II em Portugal, e assim aferir qual a região cujas inovações sociais têm mais sucesso. Pretende-se, ainda, perceber a posição de cada região relativamente à região que detém uma posição mais favorável no que diz respeito ao impacto das inovações sociais.

Perante os passos desenvolvidos, os resultados demonstram que é na região Norte que o impacto da inovação social é mais elevado e a acompanhar esta evolução estão as regiões Centro e Lisboa, caracterizadas por um índice de capacidade potencial mais elevado do que o da região líder, mas com um índice de orientação social mais baixo.

**keywords**

Social innovation, RESINDEX, NUTS II, Impact measurement.

**abstract**

Social innovation, despite being a concept portrayed a few years ago, has gained increasing importance in the various economies. The constant emergence of social problems, accompanied by the lack of public resources, has encouraged entrepreneurs to bet on social innovation as a response to the problems felt in society. Despite the growing importance of this sector, the area of social innovation faces two major problems: financial unsustainability and difficulty in measuring the impact of social innovations. It is in this last challenge that the second part of this work is based that intends to contribute to the area of the quantification of social innovation activities addressing its impact, through the application of the RESINDEX model in the Portuguese NUTS II regions. Based on the indices determined by the model composed of a set of indicators chosen and collected in several statistical sources such as the INE, it is intended to draw conclusions about the potential capacity of each region in the innovation, its orientation to social aspects, as well as the success of regional social innovations. The calculation of averages, the definition of a scale, as well as the creation of categories for the indicators studied will be some developments that will allow to determine the RESINDEX indexes for the NUTS II regions, and thus to determine which region whose social innovations are most successful. The aim is also to understand the position of each region in relation to the region that has a more favourable position with regard to the impact of social innovations. Given the steps taken, the results show that it is the Northern region that holds a leading position in the impact of social innovations, and to follow this trend are the Central and Lisbon regions, characterized by a higher potential capacity index region, but with a lower social orientation index.

## Índice

Índice .....	i
Índice Figuras .....	ii
Lista de Siglas e Acrónimos .....	iii
1. Introdução .....	1
2. O conceito de inovação social.....	5
2.1. A Economia social e as empresas sociais.....	5
2.2. Definição de inovação social.....	6
2.3. Tipos de inovação social.....	9
2.4. Setores da inovação social.....	10
2.5. Fases do processo de Inovação Social.....	12
3. Avaliação/Medição da inovação social.....	15
3.1. Importância de avaliar a inovação social.....	15
3.2. Modelos/ferramentas para a medição do impacto da inovação social.....	16
3.2.1. Modelo de inovação social proposto pelo TEPSIE .....	17
3.2.2. Social Return On Investment.....	19
3.2.3. RESINDEX: Projeto piloto.....	20
4. Aplicação do modelo RESINDEX no contexto Português (NUTS II).....	23
4.1. Dados selecionados: indicadores e fontes estatísticas .....	23
4.2. Metodologia.....	26
4.2.1. Associação dos indicadores aos índices definidos pelo RESINDEX ..	26
4.2.2. Análise dos indicadores .....	29
4.2.3. Definição da escala .....	30
4.3. Aplicação dos índices definidos pelo RESINDEX ao contexto português	31
4.3.1. Índice de capacidade potencial .....	31
4.3.2. Índice de orientação social.....	36
4.3.3. Índice de inovação social .....	41
4.4. Análise dos resultados: análise dos gaps .....	44
5. Conclusão.....	49
Referências .....	53
Anexo I - Fundos da União Europeia e nacionais .....	59



## Índice Figuras

Figura 1: Elementos e características da inovação social.....	8
Figura 2: Os 4 setores da inovação social.....	11
Figura 3: Envolvimento dos setores na economia social.....	12
Figura 4: Modelo espiral do processo de inovação social .....	14
Figura 5: Modelo de inovação social do TEPSIE.....	18
Figura 6: Processo da inovação social.....	45
Figura 7: Mapa: análise dos gaps .....	46

## Índice Tabelas

Tabela 1: Categorias do modelo de inovação social do TEPSIE .....	19
Tabela 2: Métodos de medição da inovação social .....	20
Tabela 3: Índices e respetivos indicadores do modelo RESINDEX .....	21
Tabela 4: Indicadores usados para a análise .....	24
Tabela 5: Índice de capacidade potencial .....	26
Tabela 6: Índice de orientação social .....	27
Tabela 7: Cálculo da média do indicador taxa de escolaridade do ensino básico .....	29
Tabela 8: Nova escala para o indicador taxa de escolaridade do ensino básico.....	30
Tabela 9: Efeito conjuntura .....	31
Tabela 10: Efeito aprendizagem .....	32
Tabela 11: Desempenho dos agentes económicos (despesas em I&D).....	33
Tabela 12: Desempenho dos agentes económicos (parceiros de cooperação das empresas com inovação de produto e/ou processo) .....	34
Tabela 13: Índice de capacidade potencial .....	35
Tabela 14: Resposta do Estado aos problemas sociais .....	36
Tabela 15: Setor da economia social .....	37
Tabela 16: Participação da população .....	38
Tabela 17: Fundos da União europeia e nacionais .....	39
Tabela 18: Índice de orientação social .....	40
Tabela 19: Variação da economia social (2010-2013) .....	42
Tabela 20: Dados da metodologia ES+ aplicada pelo MIES .....	43
Tabela 21: Índice de inovação social.....	44
Tabela 22: Análise dos gaps .....	46

## **Lista de Siglas e Acrónimos**

A.M. Lisboa – Área Metropolitana de Lisboa  
CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social  
CESE – Comité Económico e Social Europeu  
CIS – Community Innovation Survey  
CSES – Conta Satélite da Economia Social  
DGEEC – Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência  
FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional  
FSE – Fundo Social Europeu  
GRAIS – Grupo de Reflexão para a Avaliação do Impacto Social  
ICPi – Índice de Capacidade Potencial da região i  
ICPn- Índice de Capacidade Potencial da região Norte  
I&D – Investigação e Desenvolvimento  
INE – Instituto nacional de Estatística  
IOSi – Índice de Orientação Social da região i  
IOSn - Índice de Orientação Social da região Norte  
IPAV – Instituto Padre António Vieira  
IPSFL – Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos  
MIES – Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social  
NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos  
OBESP – Observatório da Economia Social Portuguesa  
OOES – Outras Organizações da Economia Social  
R.A. Açores – Região Autónoma dos Açores  
R.A. Madeira – Região Autónoma da Madeira  
RESINDEX – Regional Social Innovation Index  
SROI – Social Return on Investment  
TEPSIE - The Theoretical, Empirical and Policy Foundations for Social Innovation in Europe  
VAB – Valor Acrescentado Bruto

## 1. Introdução

Um dos conceitos que tem merecido atenção crescente nos últimos anos é o conceito de inovação social. Na realidade, a inovação encontra-se associada às mais diversas áreas: empresas, indústrias, ambiente, saúde... No entanto, é com o despoletar de problemas de cariz social que o conceito de inovação social começou a ganhar destaque na sociedade e na economia, apesar de, segundo André e Abreu (2006) e a Comissão europeia (2011), ser já uma noção que tem vindo a ser definida e retratada desde anos mais remotos.

São cada vez mais as notícias que retratam o sucesso dos projetos de diversos empreendedores sociais, que pelas suas próprias características, e aliadas ao facto de não existir uma resposta aos problemas sociais, sentem a necessidade de dar o seu contributo, garantido a coesão social, o bem-estar, a qualidade de vida, deixando para segundo plano o lucro económico.

Apesar da popularidade, a área da inovação social enfrenta diversos obstáculos, entre os quais se destacam as dificuldades no acesso a financiamento e as dificuldades em oferecer garantias objetivas de retorno nesta área, em grande medida associadas à complexidade em quantificar a inovação social e os seus resultados e impactos, à luz das métricas e indicadores existentes (Comissão Europeia (2014, p. 23-24); Grupo de Trabalho Português para o Investimento Social (2015, p. 4-17); Comissão Europeia (2011, p. 112-114)).

No que se refere à quantificação da inovação social, não se pode afirmar que já exista um modelo uniforme e consensual que permita mensurar os resultados da aplicação da inovação social. Sendo esta uma das prioridades de qualquer empreendedor social e financiador, medir a inovação social ainda continua a ser um passo complexo. As diversas vantagens que a medição proporciona a ambas as partes têm levado a que se encontrem soluções alternativas ao problema. Atualmente tem-se verificado a medição da inovação social no seu processo *ex-ante*, ou seja, identificar os pontos fracos que a sociedade apresenta, evidenciando assim, os problemas que merecem atenção. Este processo permite, de certa forma, identificar as áreas onde a inovação social pode ser a solução. Contudo, o mesmo não atinge na sua plenitude o objetivo da medição do impacto da inovação social.

Apesar de tudo, há que dar destaque a um projeto que, ainda piloto, tem proporcionado avanços na área da medição da inovação social. Este contempla um modelo aplicado na Comunidade Autónoma do País Basco - Regional Social Innovation Index

(RESINDEX) -, que propôs o desenvolvimento de um índice de inovação social regional. Este modelo incorpora ainda mais dois índices: o índice de capacidade potencial e o índice de orientação social.

A informação oferecida por este modelo permite a identificação dos pontos fortes e fracos no contexto da inovação social de uma região, facilitando a definição de estratégias e a escolha de ferramentas para incentivar a inovação social nas regiões. Por outro lado, também se torna possível identificar as boas práticas que ajudam a estabelecer políticas e ferramentas para conduzir sistemicamente a inovação social.

Desta forma, é claramente visível que o modelo RESINDEX permitiu tornar o conceito de inovação social mais mensurável a nível regional.

Perante as mais-valias oferecidas pelo modelo, pretende-se aplicar o mesmo nas regiões NUTS II portuguesas, de modo a aferir a capacidade potencial de cada região na inovação, a sua orientação para aspetos sociais, bem como avaliar o impacto das inovações sociais regionais.

Na metodologia serão estudados e analisados os três índices desenvolvidos pelo modelo RESINDEX no contexto português. A construção dos índices, no caso específico deste trabalho, terá uma abordagem diferente daquela que foi realizada no projeto piloto, uma vez que os mesmos terão por base indicadores regionais existentes nas fontes estatísticas, ao invés da recolha de dados primários via questionário, tal como foi realizado no País Basco. O cálculo de médias, a definição de uma escala numérica, a construção de categorias para os indicadores serão alguns passos que a metodologia aborda neste trabalho.

Com todo o processo desenvolvido pretende-se, para além do objetivo definido, determinar a posição de cada região relativamente àquela que detém uma posição mais favorável no que diz respeito ao impacto das inovações sociais, bem como o que deve ser feito para que o caminho a percorrer seja o melhor.

Assim, da discussão destes diferentes pontos associados à inovação social e a cada região do país pretende-se contribuir para informar os decisores políticos na formulação de políticas para incentivo da inovação social.

Importa acrescentar que este trabalho estará dividido em duas partes. A primeira parte versará uma revisão bibliográfica dos tópicos mais importantes acerca do tema a desenvolver, nomeadamente o conceito, os tipos e as fases da inovação social, os modelos

possíveis de medição da inovação social, as vantagens associadas à medição, entre outros. Por sua vez, a segunda parte apresentará toda a metodologia desenvolvida para a concretização do objetivo pretendido, bem como os resultados.

Finalmente serão apresentadas as conclusões gerais de todo o trabalho desenvolvido.



## **2. O conceito de inovação social**

Um dos conceitos que tem merecido especial atenção nos últimos anos é o conceito de inovação social. Com a expressão crescente dos problemas de caráter social, tal conceito começou a ganhar destaque na sociedade, começando a ser cada vez mais abordado em diversas instituições académicas, empresariais e governamentais (Shaw & Bruin, 2013).

Apesar de ser uma noção que tem vindo a ser definida e retratada há longos anos, a inovação social é descrita como uma área largamente sub-explorada tanto em investigação (no campo das ciências sociais) bem como na aplicação de políticas governamentais de inovação (Howaldt & Schwarz, 2010).

Perante esta pequena abordagem ao tema, este capítulo versará uma revisão de literatura que acolherá o enquadramento teórico sobre a inovação social. Inicialmente o capítulo refletirá as principais definições do conceito de inovação social bem como as fases da inovação social, as tipologias e os setores. Posteriormente, a revisão de literatura irá incidir sobre os aspetos da mensuração da inovação social, sendo este o foque principal a desenvolver e a estudar.

### **2.1. A Economia social e as empresas sociais**

A necessidade crescente de dar resposta aos diversos problemas sociais tem destacado a importância da economia social. São vários os autores que, no âmbito desta temática, têm definido economia social, como Soares et al. (2012), que destacam esta vertente da ciência como um “polo de utilidade social” multidimensional, na medida em que proporciona coesão social, desenvolvimento local e regional, inovação e emprego.

Caeiro (2005, p. 72) considera que a economia social apresenta características próprias, podendo ser definida pelo “intervalo entre o Estado e o mercado”, na medida em que a economia social vai concretizar ações que o Estado não pretende/pode resolver e que a economia privada não vê interesse lucrativo para a sua realização.

Outros autores acrescentam que a economia social é composta por um “conjunto de empresas privadas, organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de filiação”, cujo objetivo é “servir as necessidades dos seus associados”, através de “serviços de mercado, fornecendo bens, incluindo seguros e financiamentos” bem como de “serviços de «não mercado»” (Campos & Ávila, 2005, p. 22). A acrescentar à definição anterior, o

objetivo das organizações reforça a ideia de que as mesmas “são organizações de pessoas e não de capital (...) Trabalham com o capital e outros recursos não monetários, mas não para o capital” (Campos & Ávila, 2005, p. 23). Por outras palavras, estas organizações, também designadas de empresas sociais, “não são movidas unicamente pela necessidade de maximizar os lucros para os acionistas e proprietários”, tendo como principal objetivo alcançar o impacto social, sendo esta a razão para a atividade comercial, muitas vezes sob a forma de um alto nível de inovação social (Comissão Europeia, 2013, p. 16).

De uma forma resumida, é possível dar destaque a um conjunto de características que definem as empresas sociais, propostas pelo CESE (2011, p. 3):

1. centram-se em objetivos sociais e não em fins lucrativos, beneficiando os seus membros e a sociedade;
2. apresentam predominantemente atividades sem fins lucrativos, na qual os lucros serão reinvestidos e não distribuídos pelos acionistas ou pelos proprietários privados;
3. as empresas sociais apresentam uma série de modelos jurídicos, onde se destacam as cooperativas, as sociedades mútuas, associações de voluntariado, fundações, entre outros, podendo mesmo assistir-se a uma combinação de várias formas jurídicas;
4. as empresas sociais são agentes económicos que produzem bens e serviços do interesse geral da sociedade, destacando-se pela sua vertente de inovação social.

Perante estas características, importa dar destaque, portanto, a esta última vertente das empresas sociais - a inovação social.

## **2.2. Definição de inovação social**

A crescente importância da economia social e da inovação social deve-se essencialmente ao surgimento e crescimento (em importância) de problemas sociais. Contudo, Comeau (2004) refere que o destaque em torno do tema se deve também à falta da capacidade do Estado suprir as necessidades da população bem como à falta das políticas (ou à sua fraca eficiência), que atualmente se destinam ao investimento público com vista ao aumento de competitividade, ao invés do desenvolvimento social.

Atualmente, a inovação social tem-se posicionado como uma abordagem alternativa às soluções estatais para a resolução de problemas sociais.

Na literatura existente são diversos artigos que têm retratado a temática, de onde se podem destacar os que se debruçam sobre as diversas definições do conceito. Segundo o



“Guia de inovação social” (Comissão Europeia, 2013) e Mulgan (2006), a inovação social pode ser definida como o desenvolvimento e implementação de novas ideias (produtos, serviços e modelos) com o objetivo de responder às necessidades sociais, melhorando o bem-estar social. Outros autores acrescentam que a inovação social tem como principal característica, para além da novidade, a ação intencional orientada para atingir o resultado desejado, salientando que as mesmas são planeadas, coordenadas e orientadas para a mudança social (Howaldt & Schwarz, 2010).

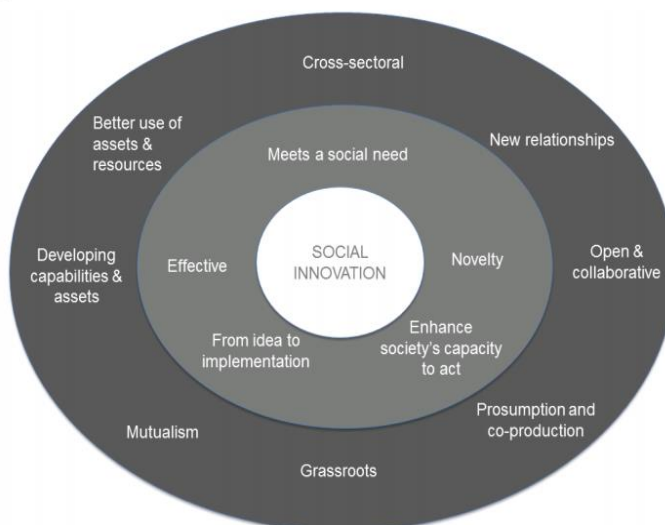
O conceito de inovação social está também associado ao conhecimento aplicado às necessidades sociais através da participação e da cooperação de todos os atores envolvidos (Bignetti, 2011). Mulgan (2006) refere que o principal motivo da inovação social por parte das instituições/atores não é obter vantagem competitiva ou retornos acima da média, mas sim gerar valor social.

Alguns autores defendem que este conceito é uma nova resposta para uma situação social considerada insatisfatória, que procura o bem-estar dos indivíduos e consumidores (Cloutier, 2003). Este autor dá enfoque à inovação social caracterizando-a em três aspetos:

- **a inovação social centrada no indivíduo** (a inovação provoca mudanças no indivíduo de modo a que ele recupere a capacidade de conduzir a sua vida);
- **a inovação social orientada para o meio**, que procura criar benefícios para a sociedade ou conjunto de indivíduos, contribuindo assim para resolver e prevenir os problemas sociais e económicos e melhorar a qualidade de vida;
- **a inovação social nas empresas**, que se associa a novas organizações no trabalho e novas divisões do poder com vista a promover o bem-estar dos colaboradores.

Para além das definições apresentadas anteriormente, The Young Foundation (2012) sugere um conjunto de elementos e características essenciais da inovação social (figura 1).

**Figura 1:** Elementos e características da inovação social



**Fonte:** The Young Foundation, 2012

Assim, existem 5 elementos essenciais para definir inovação social, a destacar:

- **Novidade:** as inovações sociais devem representar a novidade no setor, região, mercado, bem como a sua aplicação que deve ser diferente.
- **Das ideias à implementação:** muitas invenções transformam-se em inovações, assistindo-se na maior parte das vezes à difusão das mesmas. Contudo, para que tal aconteça é necessário que as inovações sociais sejam financeiramente sustentáveis a médio e longo prazos.
- **Atende a uma necessidade social:** a inovação social deve dar resposta a uma necessidade social que se encontra no mercado sem resposta.
- **Eficácia:** a inovação social deve dar resposta a uma necessidade social de forma mais eficaz do que as soluções existentes, refletindo-se nos resultados ao nível da qualidade, níveis de bem-estar e coesão social.
- **Aumenta a capacidade de agir da sociedade:** a inovação social aumenta a capacidade de agir da sociedade, permitindo uma postura mais crítica perante os problemas sociais, criando novos papéis e relações.

The Young Foundation (2012) identificou, ainda, oito características comuns da inovação social:

- **Intersetorial:** as inovações sociais não se centram apenas no setor onde foram desenvolvidas, podendo estas expandirem-se para e entre os outros setores, envolvendo diversos atores.
- **Aberta e colaborativa:** as inovações sociais devem envolver um conjunto variado de atores, que colaborando entre si permitem um aumento da eficácia das mesmas.
- **Grassroots e bottom-up:** as inovações sociais são dispersas, periféricas, mas ligadas em redes. (“the old model of centralised command and control that developed in the period of mass production has been replaced by distributed systems where innovation and initiative are dispersed to the periphery and connected by networks.” (The Young Foundation, 2012, p. 22)).
- **Prospecção e coprodução:** as barreiras entre produtores e consumidores tornam-se cada vez menos nítidas.
- **Mutualismo:** “Mutualismo é a noção de que o bem-estar individual e coletivo só podem ser obtidos pela dependência mútua”<sup>1</sup>.
- **Cria novos papéis e relações:** as inovações sociais criam novas relações sociais. Neste âmbito é de destacar a governança, as novas e melhores formas e ação colaborativas, a inclusão e participação de grupos marginalizados.
- **Melhor utilização de ativos e recursos:** a inovação social reconhece, explora e coordena recursos que de outra forma seriam desperdiçados, subutilizados ou não utilizados, promovendo desta forma a eficiência.
- **Desenvolve ativos e capacidades:** as inovações sociais visam desenvolver as capacidades dos beneficiários, permitindo-lhes satisfazer as suas necessidades a longo prazo.

### 2.3. Tipos de inovação social

Para além das diferentes abordagens do conceito de inovação social, a literatura aborda igualmente as diferentes tipologias da inovação social.

Segundo The Young Foundation (2012) existem 7 tipos de inovação social:

1. novos produtos;
2. novos serviços;

---

<sup>1</sup> Tradução livre de The Young Foundation (2012, p.22)

3. novos processos;
4. novos mercados;
5. novas plataformas;
6. novas formas de organização;
7. novos modelos de negócio.

Para além dos tipos de inovação social apresentados anteriormente, o relatório TEPSIE (2014) acrescenta dois novos tipos:

1. novas regras e regulamentações (na qual a fonte associa à criação de novas leis e novos direitos);
2. novas práticas (que dizem respeito aos novos serviços que exigem novos papéis profissionais ou relacionamentos).

#### **2.4. Setores da inovação social**

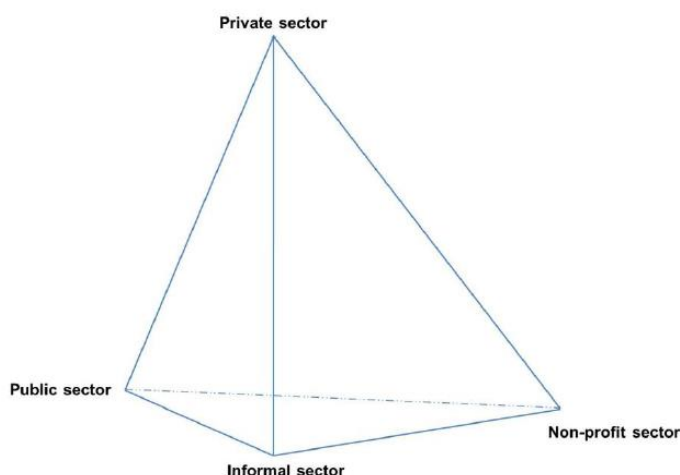
A iniciativa para uma inovação social nasce de procuras sociais ainda não respondidas no mercado, exigindo, desta forma, diferentes atores da inovação social por forma a organizar redes de cooperação (Schachter et al., 2012).

No âmbito da literatura existente, é possível verificar que existem muitos atores/setores que proporcionam o desenvolvimento de inovações sociais.

The Young Foundation (2012) refere que a inovação social pode ter origem em quatro setores (figura 2):

1. setor sem fins lucrativos;
2. setor público;
3. setor privado (destaque das “indústrias sociais”- saúde, educação, etc);
4. setor informal (inclui atividades executadas pelas famílias, indivíduos e comunidades que desempenham um papel importante na criação de movimentos sociais).

**Figura 2:** Os 4 setores da inovação social



**Fonte:** The Young Foundation, 2012

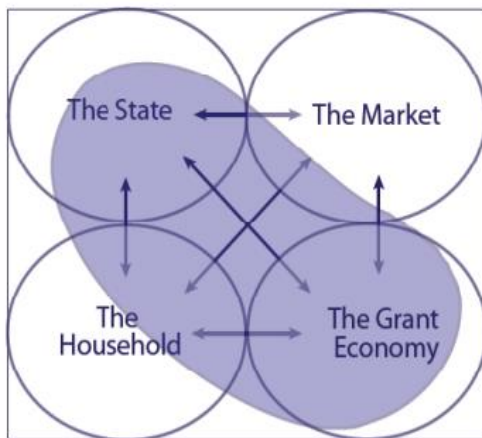
É de salientar que, segundo o mesmo artigo, as inovações sociais podem envolver mais do que um setor. Ainda assim, o mesmo refere que tais inovações podem ter origem num determinado setor, acabando por ser adotadas pelos outros.

Apesar da inovação social estar presente nos 4 setores, a preocupação principal pode não ser a mesma, dada a envolvência noutras atividades. Segundo The Young Foundation (2012, p. 27), o setor sem fins lucrativos, também designado de terceiro setor, “é predominantemente social”, dada a sua envolvência com a prestação de serviços não atendidos pelos setores privados ou públicos. Já o setor público é “principalmente social”, uma vez que proporciona serviços para os quais o mercado é inadequado. O setor privado não está “predominantemente envolvido ou preocupado com a inovação social”, embora a fonte deixe saliente que a inovação social emergiu do setor privado sob a forma de empresas sociais. Por fim, o setor informal é também uma fonte essencial de inovação social através da sua contribuição para a produção social com associações e movimentos sociais.

Mulgan et al. (2008, p. 6) também abordam a questão da preocupação de cada setor com a inovação social, salientando que perante “objetivos, formas institucionais e modelos económicos diferentes”, a preocupação para com a inovação social é diferente. Salientam ainda o facto de que “nenhuma das quatro economias está inteiramente preocupada com a

economia social”, tal como demonstra a figura 3, cuja zona sombreada define a preocupação de cada setor com a inovação social.

**Figura 3:** Envolvimento dos setores na economia social



**Fonte:** Mulgan et al., 2008

Para além dos setores apresentados anteriormente, a OBESP<sup>2</sup> (2012-2013) destacou as principais entidades que integram a economia social, de onde se destacam: as cooperativas, as associações mutualistas, as fundações, as misericórdias, as instituições particulares de solidariedade social não definidas pelas entidades anteriores mencionadas, as associações com fins altruísticos cujas ações estejam direcionadas para o meio científico, cultural, educacional, recreativo, defesa do meio ambiente, do desenvolvimento local e em todos os campos da sociedade de informação e outras organizações que queiram pertencer à economia social, reunindo condições para tal.

## 2.5. Fases do processo de Inovação Social

Ao longo dos anos, o conceito de inovação social tem sido retratado de uma forma muito simplista no que diz respeito às diversas etapas a que o processo está sujeito. Contudo, já existem diversas entidades que têm vindo a redesenhar algumas fases, garantindo que a temática da inovação social seja entendida como um processo.

Mulgan et al. (2007a) delinearão as fases pelas quais as inovações sociais devem passar (numa perspetiva macro):

<sup>2</sup> Disponível em [www: <URL:http://www.cases.pt/observatorio-da-es/>](http://www.cases.pt/observatorio-da-es/), acedido a 3 maio 2016

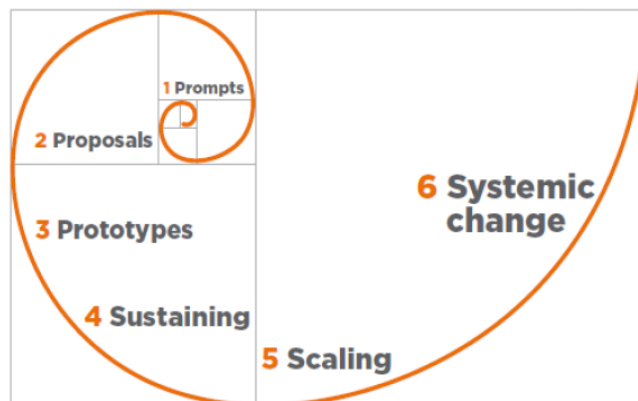
1. geração de ideias através da percepção das necessidades e identificação de soluções potenciais - a inovação surge da consciência de uma necessidade que não está a ser respondida pelo mercado;
2. desenvolvimento, protótipos e ideias piloto - a segunda fase do processo de inovação está associada a uma ideia promissora que merece ser testada. No entanto, o autor salienta que é nesta fase que as falhas surgem e como tal, merecem a atenção devida para colmatar as mesmas e garantir a evolução e melhoramento das ideias em teste;
3. avaliação e ampliação dos bons projetos (estratégias efetivas) - a terceira etapa do processo de inovação social ocorre quando uma ideia, na 2ª fase, demonstra ser boa na prática, podendo esta então ser colocada em prática, replicada ou adaptada;
4. aprendizagem e adaptação - a quarta e última fase descrita pelo autor reflete que as inovações continuam a mudar, seja pela experiência adquirida ou pela adaptação que as ideias necessitam face às consequências inesperadas que a ideia pioneira possa ter gerado.

Para estes autores, mais do que fases, estas são as 4 condições necessárias para que os modelos, produtos ou serviços inovadores sejam bem-sucedidos de uma forma sustentável e em grande escala.

Mulgan et al. (2010), seguindo a mesma linha de Mulgan et al (2007a), sugerem um novo esboço das fases do processo de inovação social (figura 4):

1. solicitações - que destacam a necessidade de inovação social;
2. propostas - onde as ideias são desenvolvidas;
3. protótipo - onde as ideias são testadas na prática;
4. sustentação - quando a ideia se torna prática diária;
5. escala – assiste-se ao crescimento e difusão das inovações sociais;
6. mudança sistémica - envolve a introdução de sistemas inteiros e normalmente irá envolver todos os setores ao longo do tempo.

**Figura 4:** Modelo espiral do processo de inovação social



**Fonte:** Mulgan et al, 2010

Este conjunto de fases proposto demonstra a organização de uma inovação social.

Na realidade, muitas destas fases sobrepõem-se e podem ser realizadas numa ordem diferente. Mulgan et al. (2010) referem que nem todas as inovações sociais passam necessariamente por todas as fases. É o caso de inovações de pequena escala (ou locais) que chegam apenas até à quarta fase. Para além disso, Benneworth & Cunha (2013) acrescentam que a maioria das inovações sociais fica restrita a uma escala local.

Por outro lado, Neumeier (2012) define a inovação social com base em três fases, a destacar:

1. problematização (o indivíduo decide mudar o seu comportamento e atitudes);
2. expressão de interesses (outros indivíduos reconhecem as mudanças do primeiro indivíduo e ficam interessados);
3. delimitação e coordenação (coordenação para construir a capacidade dos atores e resolver o problema).

A Comissão Europeia (2013) refere que, embora os passos estejam apresentados por ordem crescente de envolvimento na inovação social, a ordem pode ser diferente, “dependendo do nível de conhecimento e desenvolvimento de uma região” (p. 59).



### **3. Avaliação/Medição da inovação social**

*O impacto social - muitas vezes também denominado de valor social, benefícios sociais ou retorno social - refere-se à mudança proporcionada pelas atividades realizadas por uma organização, programa ou iniciativa, no bem-estar de indivíduos ou comunidades, podendo refletir-se em impactos económicos, sociais e ambientais.*

EVERIS (2015), p. 11

Segundo o relatório “Social Innovation Theory and Research: A Guide for Researchers” (TEPSIE, 2014, p. 16), “a medição da inovação social pode ter lugar em vários níveis inter-relacionados”. Por um lado, pode ser analisada a capacidade de ocorrência das intervenções individuais e das atividades empreendedoras (ou seja, até que ponto é que as intervenções ocorrem?). Por outro lado, pode-se determinar quais as sociedades, regiões ou comunidades que têm mais potencial de serem socialmente inovadoras. Por fim, é possível analisar como as intervenções e as atividades empresariais têm um efeito social.

No entanto, medir a inovação social e o seu impacto na sociedade não é um processo simples.

#### **3.1. Importância de avaliar a inovação social**

Apesar da medição da inovação social ser um processo complexo, existe uma necessidade constante em fazê-lo. Na literatura, encontram-se pelo menos 4 razões que levam a que a inovação social precise de ser alvo de medição (Comissão Europeia, 2014).

A primeira justificação dada pela Comissão Europeia (2014) baseia-se no facto de que existe uma necessidade para provar que a inovação social é uma maneira eficaz e sustentável para responder às necessidades da sociedade. Em segundo lugar, a Comissão Europeia (2014) justifica que a alocação de dinheiro público e outras fontes de financiamento público e privado exigem a necessidade de interpretar os “efeitos sociais positivos” das inovações sociais. Em terceiro lugar, as políticas baseadas em evidências exigem que haja provas do impacto das ações em causa. Finalmente, a Comissão Europeia exige que as inovações sociais sejam alvo de medição uma vez que estas são a causa para o desenvolvimento de uma nova vantagem competitiva para as economias europeias (Comissão Europeia, 2014).

Para além das razões apontadas anteriormente, existe uma série de benefícios da avaliação do impacto da inovação social para ajudar os investidores/financiadores, bem como as organizações ou projetos que estes apoiam (GRAIS, 2015):

- a) permite compreender o que não está certo, identificando as razões e facilita a identificação das “consequências não intencionais”;
- b) permite a construção de uma base de conhecimento, para partilhar com outros, contribuindo para o debate e para a partilha de ideias;
- c) permite aos empreendedores terem uma visão de quando e como é necessário melhorar (melhoria contínua), garantindo melhor, desta forma, a replicação do que funciona ou a inovação e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços;
- d) permite motivar todas as partes interessadas com base em resultados mais concretos e mensuráveis;
- e) permite criar relações com outros parceiros.

Apesar dos benefícios e das diversas razões que suscitam a mensuração do impacto social, medir a inovação é algo ainda complicado, pelo que a Comissão Europeia acrescenta que a sua medição é tanto mais complicada quanto maior for o objetivo da mesma. O sucesso da inovação depende de fatores que são difíceis de quantificar. Ainda assim, e sendo esta uma necessidade urgente, por forma a diversificar as fontes de receita e os potenciais investidores sociais, ainda são diversas as organizações que não medem a inovação social porque “não sabem como fazê-lo e não têm recursos humanos com técnicas de gestão” (Ávila & Amorim, 2014, p. 15).

### **3.2. Modelos/ferramentas para a medição do impacto da inovação social**

Os impactos económicos, sociais e ambientais traduzem-se, na maior parte das vezes, em benefícios intangíveis, dificilmente quantificáveis. Este facto justifica a dificuldade em mensurar o impacto da inovação social.

Têm sido desenvolvidos várias abordagens para combater tal obstáculo, bem como várias ferramentas de apoio às empresas para que possam mensurar o impacto das suas inovações sociais. O modelo desenvolvido pelo The Theoretical, Empirical and Policy Foundations for Social Innovation in Europe (TEPSIE), a metodologia Social Return On Investment (SROI) e o modelo Regional Social Innovation Index (RESINDEX) são três exemplos destas abordagens/ferramentas evidenciadas na literatura.

### 3.2.1. Modelo de inovação social proposto pelo TEPSIE

TEPSIE (2014, p. 16) relata que “existem sobreposições significativas entre as inovações tecnológicas e sociais em termos de medição”, acrescentando que, apesar das inovações sociais diferirem em muitos aspetos das inovações tecnológicas, “compartilham muitos traços e fatores estruturais”. Deste modo, considera que se devem analisar as metodologias existentes, estimulando sinergias, ao invés de se estabelecer uma “abordagem completamente nova e diferente para medir a inovação social”, pelo que se deve aproveitar e explorar as fontes de dados existentes sobre os sistemas nacionais de inovação tecnológica, como o Innovation Union Scoreboard. Por outro lado, consideram que para além das fontes anteriores, devem ser tidas em conta as medidas que se focam em dimensões sociais, normativas ou ambientais, pois, “são particularmente apropriadas para capturar o aspeto social da inovação social”, nomeadamente OECD Better Life Index, European System of Social Indicators (GESIS), Civil Society Index (CIVICUS), National Footprint (Global Footprint Network).

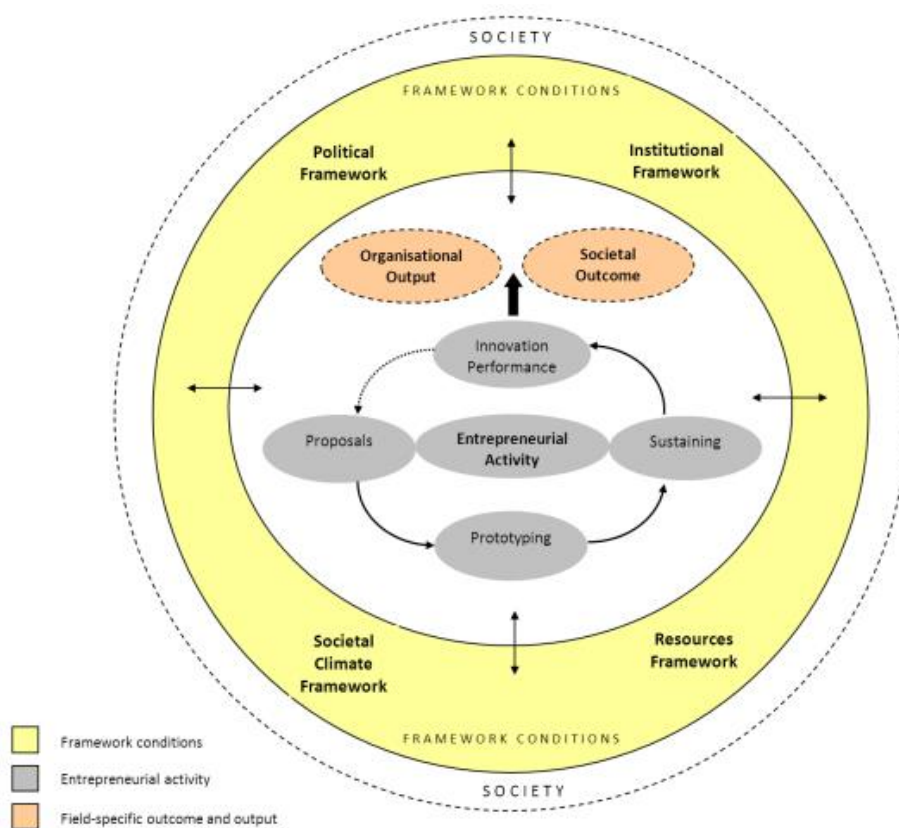
Desta forma, querendo dar contributo à literatura acerca do tema, TEPSIE (2014) faz a revisão de cerca de 30 abordagens existentes para a medição da inovação, onde concluiu que “existe um conjunto complexo de critérios a analisar mais profundamente, em particular no que diz respeito aos elementos de medição “sociais”” (p. 17).

Partindo deste trabalho, desenvolveram um modelo para medir a inovação social, baseado em três níveis inter-relacionados (figura 5), sendo eles:

1. **atividades empresariais** - Neste nível são consideradas todas as ações, comportamentos, atitudes e características do inovador (indivíduo ou organização). Este nível, posicionado no centro do modelo, representa “todas as forças ativas que trabalham para a inovação” (fatores push) (Schmitz et al., 2013, p. 9). Importante será acrescentar que estando este nível relacionado com as organizações que produzem as inovações sociais, os dados de pesquisa empírica, como os inquéritos, são fundamentais.
2. **outputs específicos e outcomes** - Este nível representa os resultados das atividades de inovação, na qual os outputs se referem a resultados mensuráveis que podem ser facilmente ligados a uma organização específica ou indivíduo. Já os *outcomes* “são muito mais difíceis de medir e conectá-los diretamente à atividade organizacional” (Schmitz et al., 2013, p. 10).

3. “**framework conditions**”- Este nível representa os "pull factors" dominantes para a inovação social. Schmitz et al (2013) acrescentam que dentro deste nível encontram-se 4 enquadramentos: o político (representa o conjunto de incentivos e intervenções do sistema político com o objetivo de promover as inovações sociais), o institucional (representa o conjunto de valores, regras, normas e leis que regulam o comportamento dos humanos e das organizações), o clima social (inclui a atitude em relação à mudança, bem como a abertura ao desenvolvimento e à inovação social) e os recursos (está associado à existência e disponibilidade de recursos importantes para o processo da inovação social, especialmente para a sua ampliação).

**Figura 5:** Modelo de inovação social do TEPSIE



Fonte: TEPSIE, 2014

Importa ainda acrescentar que a interação dos três níveis é determinada pelo mecanismo da oferta e da procura das necessidades/problemas sociais bem como das próprias soluções.

Para além dos níveis definidos no modelo, foram definidas categorias para cada nível por forma a determinar os indicadores que os podiam compor (tabela 1), facilitando assim, o processo de análise de dados e, consequentemente, a medição da inovação social.

**Tabela 1:** Categorias do modelo de inovação social do TEPSIE

Níveis	Categorias
Atividade empresarial	Atividades de investimento; Start ups e taxa de mortalidade; Colaboração.
Outputs específicos e outcomes	Educação; Saúde; Capital Social; Ambiente; Participação política.
“Framework Conditions”	Recursos; Abordagem política; Abordagem institucional; Abordagem do clima social.

**Fonte:** Schimtz et al., 2013

### 3.2.2. Social Return On Investment

Para além do modelo anterior, uma das metodologias que a literatura tem evidenciado para medir o impacto da inovação social é a metodologia Social Return On Investment (SROI). Com presença no Reino Unido, esta metodologia tem sido fortemente recomendada por diversas entidades de referência mundial como a London Benchmarking Group, a New Economics Foundation (NEF), a London Business School ou a Harvard Business School (Everis, 2015).

Esta metodologia calcula o retorno do investimento em projetos sociais, através do rácio entre o valor atual líquido dos benefícios e o valor atual líquido do investimento. Por outras palavras, “a metodologia Social Return On Investment procura entender, medir e reportar os impactos económicos, sociais e/ou ambientais de uma iniciativa/organização e compará-los com os recursos consumidos para tal” (Everis, 2015, p. 14).

A metodologia permite para as organizações do terceiro setor (Brouwers et al, 2010):

- medir os resultados das suas atividades, no sentido de ajudar a definir estratégias futuras, planear intervenções, melhorar os objetivos das organizações e fornecer oportunidades de aprendizagem;
- aumentar a eficiência e eficácia do trabalho das instituições;

- ajudar a identificar as alterações necessárias ao modelo de negócio, bem como as oportunidades de mercado que resultam em maiores benefícios sociais;
- o SROI, ao incluir diferentes tipos de dados (dados qualitativos, quantitativos e financeiros), consegue ser um método transparente.

Para além do SROI, são muitos outros os instrumentos existentes para medir a inovação social, como se verifica na tabela 2.

**Tabela 2:** Métodos de medição da inovação social

<b>Métodos referenciados na literatura</b>
Poverty and Social Impact Analysis (PSIA)
Ongoing Assessment of Social Impact (OASIS)
Social Reporting Standard (SRS)
Social Cost Benefit Analysis (SCBA)
Randomized Control Trials (RCTs)
Balanced Scorecard (BSC)
Social Return Assessment
Social Reporting Standard (SRS)

**Fonte:** TEPSIE, 2014

TEPSIE (2014) faz ainda referência ao SRS, RCTs, SCBA e ao SROI como sendo os indicadores mais frequentemente adotados, dada a sua facilidade de aplicação e o baixo custo associado. Outros métodos complexos exigirão técnicas mais específicas e, portanto, maiores custos. Não menos importante, a ausência de uma padronização da medição do impacto da inovação social leva, portanto, a que haja maior aceitação, por parte dos interessados, destas ferramentas.

### **3.2.3. RESINDEX: Projeto piloto**

Não menos importante que as duas metodologias anteriores é o modelo proposto pelo projeto RESINDEX, desenvolvido na Comunidade do País Basco. Este modelo, com dimensões e indicadores próprios, tem como intuito propor um índice de inovação social com o objetivo de medir o impacto da inovação social no País Basco.

Este índice tem em conta que a inovação social pode derivar de diversos tipos de organizações (empresas, organizações sem fins lucrativos, universidades e centros tecnológicos), pretendendo medir a capacidade das mesmas em desenvolverem projetos de inovação social.

Para testar este modelo foi definido um inquérito, tendo sido este aplicado na Comunidade Autónoma do País Basco, a 282 agentes regionais (100 empresas, 94 organizações sem fins lucrativos, 8 centros tecnológicos e 80 grupos de pesquisa universitários).

O modelo RESINDEX está dividido em 3 índices, cada um composto por um conjunto de indicadores, tal como demonstra a tabela abaixo.

**Tabela 3:** Índices e respetivos indicadores do modelo RESINDEX

Índice	Indicadores
Índice da capacidade potencial de inovação	Capacidade de Conhecimento; Capacidade de Aprendizagem; Capacidade de Socialização; Capacidade de Desenvolvimento; Capacidade de Associação.
Índice de orientação social	Aquisição de conhecimento; Desenvolvimento de Projetos Sociais; Impacto dos projetos sociais; Governança.
Índice de inovação social	Aquisição de conhecimento; Desenvolvimento de Projetos inovadores sociais; Impacto dos projetos inovadores sociais; Governança.

**Fonte:** Sinnergiak, 2013

Será ainda importante salientar que o índice RESINDEX é baseado em duas perspetivas: organizacionais e regionais. Deste modo, por um lado, é possível, através da informação gerada pelo índice, identificar os pontos fortes e fracos, definindo estratégias e ferramentas para melhorar a inovação social nas organizações. Por outro lado, também se

torna possível identificar as boas práticas que ajudam a estabelecer políticas e ferramentas para estimular e incentivar sistemicamente a inovação social.

Ainda assim, no relatório apresentado, são destacadas duas limitações do modelo (Sinnergiak, 2013, p. 23):

1. ao nível da implementação, uma vez que não existe um índice obtido, projetado e testado num outro território, “o valor comparativo dos resultados deste relatório não pode ser estabelecido”.
2. ao nível da comparabilidade “não é possível estabelecer uma comparação inter-regional”, pois é um projeto piloto.

Finalmente, este projeto permite, para além da medição da inovação social, garantir um avanço nesta área e, consequentemente na sociedade.



#### **4. Aplicação do modelo RESINDEX no contexto Português (NUTS II)**

No contexto da medição da inovação social, aplicar um modelo de mensuração no território português seria um acréscimo a esta área. Determinar a potencialidade das regiões na inovação e hierarquizar as mesmas no que concerne ao sucesso das inovações sociais são dois pontos cruciais deste trabalho.

Deste modo, e debruçando-se apenas sobre os modelos anteriormente abordados, o modelo que mais se adequa a uma abordagem territorial é aquele que foi desenvolvido no projeto RESINDEX.

Sendo, portanto, este um modelo passível de ser exportado para outros territórios é proposta a sua aplicação no contexto português (regiões NUTS II), e deste modo conseguir perceber:

- que regiões portuguesas estão mais preparadas para investir em projetos inovadores;
- que regiões portuguesas estão mais direcionadas para questões sociais;
- quais as regiões com mais sucesso ao nível das inovações sociais, ou seja, quais as regiões mais socialmente inovadoras.

O interesse por este tema deve, não só à importância em entender como funcionam as empresas e os empreendedores sociais, como também pelo contributo que este trabalho pode dar na perceção do carácter inovador das regiões. Não menos importante, espera-se que este trabalho permita fornecer melhor informação aos diversos intervenientes do ecossistema da economia social, como os empreendedores sociais ou os decisores políticos. Só com informação mais clara e correta os incentivos certos podem ser dados para o desenvolvimento da economia social e a promoção da inovação social.

##### **4.1. Dados seleccionados: indicadores e fontes estatísticas**

O modelo aplicado na Comunidade do País Basco apoiou-se nas respostas obtidas num inquérito (Sinnergiak, 2013). No caso deste trabalho, o modelo foi sujeito a algumas adaptações que permitissem a utilização de dados secundários já existentes em fontes estatísticas nacionais, a destacar o Instituto Nacional de Estatística (INE), a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), a Conta Satélite da Economia Social (CSES) ou o Community Innovation Survey (CIS), entre outros.

Antes da recolha dos indicadores foi importante estudar bem os índices que o modelo RESINDEX definiu, por forma a determinar que indicadores seriam úteis a recolher e a utilizar neste trabalho.

Segundo Sinnergia (2013), o modelo RESINDEX está estruturado em três índices

- índice de capacidade potencial: diz respeito à capacidade de cada região em investir em atividades inovadoras;
- índice de orientação social: associado à abordagem dos problemas de uma forma não inovadora;
- índice de inovação social que se refere às iniciativas sociais inovadoras de cada região.

Seguindo as definições dos índices, os indicadores escolhidos e recolhidos, e portanto, os mais adequados, estão presentes na tabela 4.

**Tabela 4:** Indicadores usados para a análise

<b>Indicador</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Anos de análise</b>	<b>Fonte estatística</b>
Taxa de escolaridade do ensino básico (NUTS II)	%	2011 a 2016	INE
Taxa de escolaridade do ensino secundário (NUTS II)	%	2011 a 2016	INE
Taxa de escolaridade do ensino superior da população residente entre os 25 e os 64 anos (NUTS II)	%	2011 a 2016	INE
Aprendizagem ao longo da vida (NUTS II)	%	2011 a 2016	INE
Produto interno bruto por habitante a preços corrente (NUTS II)	Euros (milhares)	2007 a 2015	INE
Voluntariado (NUTS II)	%	2012	CASES e INE (Inquérito ao trabalho voluntário 2012): CSES 2010

Despesas em Investigação e Desenvolvimento (I&D) do Estado, empresas, Instituições Privadas Sem Fins lucrativos (IPSFL) e Educação superior (NUTS II)	Euros (milhares)	2011 a 2014	INE
Parceiros de cooperação das empresas com inovações de produto e/ou processo (NUTS II)	%	2010/2012 e 2012/2014	DGEEC (inquérito Comunitário á Inovação-CIS 2012 e CIS 2014)
Evolução das entidades da economia social (NUTS II)	Nº	2010 e 2013	CASES e INE: CSES 2010 e CSES 2013
Investimento das entidades da economia social (PORTUGAL)	Nº	2013	CASES e INE: CSES 2010 e CSES 2013
Beneficiários do rendimento social de inserção (NUTS II)	Nº	2011 a 2015	INE
Beneficiários do subsídio de desemprego em % dos beneficiários ativos (NUTS II)	%	2009 a 2015	INE
Beneficiários do abono de família (NUTS II)	Nº	2009 a 2015	INE
Subsídio mensal vitalício (NUTS II)	Nº	2009 a 2015	INE
Bonificação por deficiência (NUTS II)	Nº	2009 a 2015	INE
Fundos da União europeia e Nacionais (NUTS II)	Euros	2014-2020	Portugal2020: programas
Objetivos socioeconómicos do Estado, empresas, IPSFL e Educação superior (PORTUGAL)	Euros (milhares)	2014	Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional 2014, DGEEC (2015), IPCTN

Produção da economia social (PORTUGAL)	10 <sup>6</sup> euros	2010 e 2013	CASES e INE: CSES 2010 e CSES 2013
VAB da economia social (PORTUGAL)	10 <sup>6</sup> euros	2010 e 2013	CASES e INE: CSES 2010 e CSES 2013

Inicialmente definiu-se um período de análise de forma a conseguir enquadrar toda a informação num limite de tempo comum e fixo. Contudo, durante a recolha dos dados verificou-se que muitos indicadores deixariam de poder estar presentes na análise, o que reduziria a fiabilidade dos resultados. Então, foi decidido recolher dados a partir de 2007 (início da crise económica e financeira) até ao período mais recente disponível.

## 4.2. Metodologia

### 4.2.1. Associação dos indicadores aos índices definidos pelo RESINDEX

Após a recolha dos indicadores úteis e mais adequados aos índices definidos pelo RESINDEX, foi necessário associar cada um deles aos índices definidos no modelo.

Após essa associação, dentro de cada índice foram criadas(os) categorias/grupos, sendo estas(es) compostas(os) pelos indicadores definidos em cada índice.

Para o índice de capacidade potencial, e respeitando a definição, consideraram-se 3 grupos de indicadores, definidos abaixo na tabela 5.

**Tabela 5:** Índice de capacidade potencial

<b>Índice de Capacidade potencial</b>	Efeito aprendizagem	Taxa de escolaridade do ensino básico, secundário e superior; Aprendizagem ao longo da vida.
	Efeito conjuntura	Produto interno bruto por habitante
	Desempenho dos agentes económicos	Despesas em I&D do Estado, empresas, ensino superior, e IPSFL; Parceiros de cooperação das empresas inovadoras

Considerou-se que a aprendizagem e a conjuntura são dois efeitos relacionados com as iniciativas de inovação social. De facto, tanto as qualificações como a situação económica da região são determinantes na capacidade de cada região de investir em atividades de inovação. Dykes et al. (2010, p. 24-25) destacam o papel da educação na preparação dos futuros empreendedores sociais, salientando que a educação se relaciona com o desenvolvimento de um conjunto de capacidades, competências e atitudes necessárias para as inovações sociais. A acrescentar, as instituições de educação desempenham um papel importante como atores e facilitadores da inovação social, na medida em que apoiam e realizam formação, programas de estudo e redes de aprendizagem para potenciais inovadores sociais (TEPSIE, 2014).

Por outro lado, também os recursos financeiros são cruciais enquanto impulsionadores das iniciativas sociais (Grupo de trabalho português para o investimento social, 2015).

Neste índice foi considerado também o desempenho dos agentes económicos em atividades de I&D, nomeadamente do Estado, das empresas, do ensino superior e das IPSFL. Este indicador permitirá determinar o envolvimento e a vontade de inovar por parte dos agentes, determinado, *a posteriori*, a capacidade de cada um à inovação.

Não menos importante é a capacidade de interação entre os agentes económicos (considerando que este é um aspeto muito importante no decorrer de qualquer tipo de negócio, incluindo os negócios de inovação) (Seufert et.al., 1999; Carlsson, 2003).

Para o índice de orientação social, na tabela 6 apresentam-se os indicadores em 5 dimensões:

**Tabela 6:** Índice de orientação social

<b>Índice de orientação social</b>	Setor da economia social	Evolução das entidades sociais; Investimento das entidades sociais
	Resposta das entidades públicas (Estado) aos problemas sociais	Abono de família, subsídio de desemprego, Rendimento social de inserção, Bonificação por deficiência, Subsídio mensal vitalício

	Fundos europeus e nacionais <sup>3</sup>	Centro2020, Norte2020, Alentejo2020, Cresc Algarve2020., Lisboa 2020, Madeira 14-20, Açores2020
	Participação da População	Voluntariado
	Orientação das empresas	Objetivos socioeconómicos das inovações das empresas, Estado, ensino superior e IPSFL

Para este índice foi de extrema importância obter dados que descrevessem a economia social das regiões portuguesas e assim caracterizar a sua orientação social.

Deste modo, foi dado destaque ao setor da economia social, nomeadamente ao estudo da evolução das entidades da economia social e do seu investimento. Adicionalmente, a análise dos fundos europeus e nacionais foi um outro grupo de indicadores que, no âmbito do índice de orientação social, será um aspeto importante de análise por forma a verificar quais as regiões que estão a receber mais apoios para os aspetos sociais (desemprego, falta de qualificações, a degradação ambiental...), determinando, portanto, quais as regiões com mais orientação (induzida) para esta área.

O estudo dos objetivos socioeconómicos das atividades de inovação das empresas são um outro ponto crucial a analisar neste índice, dada a necessidade em saber qual a área das inovações efetuadas pelas empresas.

Não menos importantes são os indicadores respeitantes à resposta do Estado aos problemas sociais. Estes permitirão perceber o tipo de resposta (com caráter inovador ou não) do Estado aos problemas sociais, bem como caracterizar a situação social de cada região. Importante será acrescentar que este indicador permitirá, em certa medida, descrever o quanto está cada região orientada para os aspetos sociais.

Relativamente ao voluntariado, é esperado que este descreva o interesse dos cidadãos por questões sociais.

Em suma, este conjunto de indicadores permitirão descrever o quanto cada região está “direcionada” para os aspetos sociais.

<sup>3</sup> Os dados referentes aos fundos europeus e nacionais estão disponíveis em [www: <URL:https://www.portugal2020.pt/Portal2020/programas-operacionais-portugal-2020-2>](https://www.portugal2020.pt/Portal2020/programas-operacionais-portugal-2020-2), acedido em 15 novembro 2017

Por último, o índice de inovação social é caracterizado por dois indicadores (produção e valor acrescentado bruto da economia social). Neste contexto serão também abordados os trabalhos efetuados pelo MIES, utilizando-se, posteriormente os resultados obtidos por ele, por forma a estudar os desempenhos das inovações sociais das diferentes regiões. Este é o único índice que não será caracterizado por categorias, tal como se sucedeu com os dois índices anteriores, dada a ausência de indicadores regionais caracterizadores de tal índice.

#### 4.2.2. Análise dos indicadores

Após a distribuição dos indicadores pelos índices, a análise dos indicadores em questão foi um dos grandes desafios deste trabalho. Uma vez que cada indicador era definido por vários anos (e portanto cada região detinha um valor para cada ano), um dos primeiros passos foi o cálculo das médias, uma vez que era necessário obter um único valor para cada região, como aconteceu com a taxa de escolaridade do ensino básico (tabela 7).

**Tabela 7:** Cálculo da média do indicador taxa de escolaridade do ensino básico

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Média
Norte	53,3	54,2	56,6	60,4	62,4	63,3	58,37
Centro	56,7	60,8	63,1	65,7	68,1	69,4	63,97
A.M. Lisboa	69,3	71,6	74,7	78	79,5	81	75,68
Alentejo	58,3	60,8	62,8	64,7	67,4	68,8	63,8
Algarve	63,7	67,2	69,7	71,2	72,2	73,3	69,55
R.A. Açores	42,6	46,1	48,7	51,4	54,4	55,1	49,72
R.A. Madeira	48,3	49,9	53,7	56,2	55	56,9	53,33

As médias foram calculadas para todos os indicadores para os quais não existia apenas um valor para as regiões NUTS II. A exceção foram os indicadores referentes à evolução das entidades da economia social (onde se verificou o acréscimo das entidades no período de estudo) e os fundos europeus e nacionais (onde existia apenas um valor para cada região, de modo que o cálculo da média não seria aplicável).

Há indicadores disponíveis apenas ao nível do país para os quais não se usou médias. Estes indicadores, apesar de não serem utilizados para o cálculo dos índices, serão abordados ao longo do trabalho, complementando qualitativamente a informação obtida em cada índice.

#### 4.2.3. Definição da escala

Após o cálculo das médias, e dado que cada indicador era medido em unidades de medida diferentes, foi necessário uniformizar. A escala escolhida foi definida de 1 a 7, onde 1 será a medida atribuída à região que detém o valor mais baixo na média e 7 será atribuído à região com a média mais elevada. Esta escala foi aplicada a todos os indicadores, como no caso do exemplo da taxa de escolaridade do ensino básico (tabela 8).

**Tabela 8:** Nova escala para o indicador taxa de escolaridade do ensino básico

	Média	Nova escala
Norte	58,37	3
Centro	63,97	5
A.M. Lisboa	75,68	7
Alentejo	63,8	4
Algarve	69,55	6
R.A. Açores	49,72	1
R.A. Madeira	53,33	2

Tal como é possível verificar, esta escala permite, não só garantir uma única “unidade de medida” para todos os indicadores, como também permite verificar a posição relativa das regiões, funcionando, portanto, como um ranking. No caso do indicador em estudo, é verificado que a Área metropolitana de Lisboa se destaca pela positiva perante as restantes, representando a região com uma maior taxa de escolaridade no ensino básico. No outro extremo temos a Região Autónoma dos Açores.



### 4.3. Aplicação dos índices definidos pelo RESINDEX ao contexto português

Os passos a seguir para a obtenção dos índices e aplicação do modelo são:

- Passo 1: Análise das categorias que compõem cada índice. Cada categoria corresponde a vários indicadores. A soma dos valores dos indicadores para cada região determinará o valor final da categoria em estudo.
- Passo 2: Após a determinação dos valores de cada categoria é necessário classificar cada região com um valor índice. Assim, cada valor índice será obtido por soma das categorias para cada região.

#### 4.3.1. Índice de capacidade potencial

O índice de capacidade potencial é composto por um conjunto de indicadores pré-definidos, agrupados em 3 categorias: efeito aprendizagem, efeito conjuntura e desempenho das empresas.

No caso do “efeito conjuntura”, foi considerado o indicador que melhor expressa a realidade económica de uma região - PIB per capita (ver tabela 9).

**Tabela 9:** Efeito conjuntura

	Produto Interno bruto por habitante (indicador 1)	Efeito conjuntura (1=a)
Norte	1	1
Centro	2	2
A. M. Lisboa	7	7
Alentejo	4	4
Algarve	6	6
R.A. Açores	3	3
R.A.Madeira	5	5

Pode-se concluir que a Área metropolitana de Lisboa ganha terreno em relação às demais, no que diz respeito ao efeito conjuntura. Neste sentido, a capacidade em apostar em projetos inovadores (sociais ou não) nesta região é maior, dado que está no topo no que se refere aos recursos financeiros, que em situações de escassez são um entrave à inovação.

Relativamente às restantes categorias, o processo de análise será similar, como demonstram as tabelas abaixo (tabela 10, tabela 11 e tabela 12).

**Tabela 10:** Efeito aprendizagem

	Taxa de escolaridade			Aprendizagem ao longo da vida (indicador 5)	Efeito aprendizagem (2+3+4+5=b)
	Ensino básico (indicador 2)	Ensino secundário (indicador 3)	Ensino superior (indicador 4)		
Norte	3	3	4	4	14
Centro	5	5	5	6	21
A. M. Lisboa	7	7	7	7	28
Alentejo	4	4	3	3	14
Algarve	6	6	6	5	23
R.A.Açores	1	1	1	1	4
R.A.Madeira	2	2	2	2	8

Tal como já foi mencionado, o fator educação tem um papel fundamental na inovação. A Área metropolitana de Lisboa, a região Centro e a região do Algarve representadas pelo nível de aprendizagem relativamente maior, têm mais propensão a que se concretizem mais projetos inovadores. Por sua vez, as regiões autónomas apresentam um nível mais baixo deste indicador (tabela 10).

Para além da educação, as despesas em I&D são outro indicador que permite determinar o quanto as empresas e as regiões conseguem investir na inovação. De facto, grandes valores de despesas em I&D refletem, para além do interesse da região em investir, a capacidade económica de cada uma. Neste contexto, e de acordo com a tabela 11, a Área metropolitana de Lisboa, é caracterizada por elevadas despesas em I&D, sendo, portanto, a região que está mais capaz a inovar, ao contrário das regiões autónomas da Madeira e dos Açores.

**Tabela 11:** Desempenho dos agentes económicos (despesas em I&D)

	Despesas em I&D				Despesas em I&D (6+7+8+9=c)
	Estado (indicador 6)	Empresas (indicador 7)	Ensino Superior (indicador 8)	IPSFL (indicador 9)	
Norte	6	6	6	6	24
Centro	5	5	5	5	20
A. M. Lisboa	7	7	7	7	28
Alentejo	1	4	4	4	13
Algarve	2	3	3	3	11
R.A. Açores	3	1	2	2	8
R.A. Madeira	4	2	1	1	8

Não menos importante que a educação e as despesas em I&D é a cooperação entre as empresas e os seus parceiros (tabela 12). A aposta na inovação é muitas vezes colocada de lado por parte das empresas pela falta de apoio e mesmo de diretrizes e legislação adequada. Contudo, este cenário é atenuado com a cooperação entre empresas, clientes, fornecedores, permitindo desta forma, a partilha de conhecimentos, ideias, riscos,... Esta realidade permite, assim, aos empreendedores deterem mais capacidades para inovarem, como acontece na Área metropolitana de Lisboa, cujas empresas tendem a cooperar mais.

**Tabela 12:** Desempenho dos agentes económicos (parceiros de cooperação das empresas com inovação de produto e/ou processo)

	Parceiros de cooperação das empresas com inovação de produto e/ou processo									
	Outras empresas do mesmo grupo (indicador 10)	Fornecedores de equipamento, materiais, componentes ou software (indicador 11)	Clientes ou consumidores do setor privado (indicador 12)	Clientes ou consumidores do setor público (indicador 13)	Concorrentes ou outras empresas do mesmo setor de atividade (indicador 14)	Consultores e laboratórios comerciais (indicador 15)	Universidades ou outras instituições do ensino superior (indicador 16)	Estado, institutos de investigação públicos ou privados (indicador 17)	Qualquer tipo de cooperação (indicador 18)	Cooperação das empresas (10+11+12+13+14+15+16+17+18=d)
Norte	2	3	5	5	3	5	4	5	3	35
Centro	4	6	7	4	4	6	7	6	6	50
A. M. Lisboa	7	7	6	7	5	7	6	7	7	59
Alentejo	5	5	4	6	2	2	3	4	4	35
Algarve	1	1	1	1	1	1	2	1	1	10
R.A. Açores	3	2	2	3	6	3	1	3	2	25
R.A. Madeira	6	4	3	2	7	4	5	2	5	38

Após analisada cada categoria, importa estudar o índice da capacidade potencial. Com esse objetivo usamos a soma das 3 categorias que o compõe (ver tabela 13).

**Tabela 13:** Índice de capacidade potencial

	Efeito aprendizagem (b)	Efeito conjuntura (a)	Desempenho dos agentes económicos		Capacidade potencial (a+b+c+d)	Índice de capacidade potencial <sup>4</sup>
			Despesa em I&D (c)	Cooperação das empresas (d)		
Norte	14	1	24	35	74	59
Centro	21	2	20	50	93	74
A.M. Lisboa	28	7	28	59	122	97
Alentejo	14	4	13	35	66	52
Algarve	23	6	11	10	50	40
R.A. Açores	4	3	8	25	40	32
R.A. Madeira	8	5	8	38	59	47

Tendo em conta os indicadores utilizados para expressar a capacidade de inovação de cada região é perceptível que as regiões Norte, Lisboa e Centro se destacam perante as restantes. No lugar contrário temos as regiões autónomas da Madeira e dos Açores e o Algarve que apresentam menos capacidade para inovar. Estas últimas regiões são caracterizadas, na generalidade, pelos níveis mais baixos de aprendizagem e de despesas em I&D.

Por sua vez é de destacar um nível intermédio da cooperação entre as empresas (3º valor mais elevado) que caracteriza a região autónoma da Madeira, o que influencia as competências dos envolvidos, bem como as suas capacidades de inovação. Contudo, este único fator não garante a sua liderança neste índice.

<sup>4</sup> Arredondado à unidade (considerou-se 126, o valor máximo que cada região poderia obter na capacidade potencial igual a 100)

### 4.3.2. Índice de orientação social

Para além do índice de capacidade potencial, também o índice de orientação social foi sujeito ao mesmo processo de análise.

Considerou-se, portanto as 5 categorias de indicadores definidas inicialmente: resposta do Estado aos problemas sociais, os fundos europeus e nacionais, as entidades da economia nacional, a orientação das empresas e a participação da população.

Para o índice em análise houve interesse em estudar a forma como o Estado respondia aos problemas sociais, analisando-se portanto se se tratava de soluções inovadoras ou não. Assim, neste contexto, foram considerados 5 indicadores que, seguindo o mesmo processo de análise, permitiu determinar os valores referentes a esta categoria (tabela 14).

**Tabela 14:** Resposta do Estado aos problemas sociais

	Rendimento social de inserção (indicador 19)	Subsídio de desemprego (indicador 20)	Abono de família (indicador 21)	Bonificação por deficiência (indicador 22)	Subsídio mensal vitalício (indicador 23)	Resposta do Estado aos problemas sociais (19+20+21+22+23=e)
Norte	7	5	7	7	7	33
Centro	5	2	5	5	5	22
A. M. Lisboa	6	3	6	6	6	27
Alentejo	4	4	4	4	4	20
Algarve	2	6	3	2	2	15
R.A.Açores	3	1	2	1	1	8
R.A.Madeira	1	7	1	3	3	15

Com base nestes indicadores é possível destacar a região Norte pelos valores máximos que apresenta, o que leva a concluir que efetivamente esta região é bastante afetada por situações sociais menos positivas. Este indicador, mais do que fornecer informação acerca da forma/interesse da entidade pública em tentar atenuar os problemas sociais, mostra indiretamente a situação social de cada região.

Este facto determina o quão as regiões devem estar preocupadas com as suas questões sociais e portanto, deve haver uma maior aposta em projetos de carácter social que resolvem os problemas. Em consequência, achou-se interessante analisar o setor da economia social em cada região, por forma a perceber o quanto as regiões estão direcionadas para o setor social.

Assim, nesta categoria consideraram-se 2 indicadores: a evolução das entidades sociais (tabela 15) e o investimento das entidades sociais. Contudo, apenas a evolução das entidades sociais permitiu fazer a análise anteriormente realizada. A ausência de dados regionais para o outro indicador foi a razão que justifica a não realização do processo de análise em causa, embora seja abordado por forma a complementar a informação recolhida.

**Tabela 15:** Setor da economia social

Nº 2010-2013	Evolução das entidades da economia social <sup>5</sup> (indicador 24)	Setor da economia social (24=f)
Norte	1887	7
Centro	1501	6
A.M. Lisboa	1354	5
Alentejo	620	4
Algarve	238	3
R. A. Açores	193	2
R. A. Madeira	93	1

Relativamente à evolução das entidades sociais é possível observar o peso destas em cada região.

Para além do indicador anterior decidiu-se abordar o número de voluntários em cada região como proxy para a vontade de querer ajudar para o bem social (tabela 16). É de notar que a inovação social não se faz apenas de voluntários, tal como foi mencionado na revisão de literatura. Contudo, o indicador em estudo permite, ainda que de uma forma

<sup>5</sup> Considerou-se entidades sociais as cooperativas, associações mutualistas, misericórdias, fundações, associações e outras organizações da economia social.

parcial, determinar quais as regiões cujos cidadãos estão mais orientados para projetos sociais.

**Tabela 16:** Participação da população

	Disponibilidade ao voluntariado (%) (indicador 25)	Participação da população (25=g)
Norte	11,3	5
Centro	12,3	7
A. M. Lisboa	12,0	6
Alentejo	10,3	3
Algarve	10,5	4
R.A. Açores	8,8	1
R.A. Madeira	10,1	2

Relativamente à categoria dos fundos nacionais e da União Europeia, o processo de análise não passou pelo cálculo da média, uma vez que para este indicador apenas existia um valor para cada região no período em análise, não se adequando, portanto, o cálculo da média (tal como foi mencionado no início). Após os valores recolhidos (ver anexo I) foi aplicada a escala (tabela 17). Perceber que fundos e apoios são disponibilizados para cada região, bem como os objetivos dos mesmos, é uma das formas de perceber o quão pode estar orientada a região para o setor social.

Assim, após analisados os diferentes relatórios associados aos programas operacionais definidos para cada região, e posteriormente aplicada a escala definida, verifica-se que a região Norte é a que tem acesso a mais fundos (europeus e nacionais) para aspetos sociais, e portanto a sua orientação é maior relativamente às restantes regiões.



**Tabela 17:** Fundos da União europeia e nacionais

	Emprego e Mobilidade Laboral (indicador 26)		Inclusão Social e combate à pobreza (indicador 27)		Ensino e aprendizagem ao longo da vida (indicador 28)		Economia do baixo carbono (indicador 29)	Ambiente e eficiência dos recursos (indicador 30)	Fundos europeus e nacionais (26+27+28+29+30=h)
	FEDER	FSE	FEDER	FSE	FEDER	FSE	FEDER	FEDER	
Norte	7	7	7	7	7	7	7	7	56
Centro	6	5	5	4	5	6	6	6	43
A.M. Lisboa	0	6	6	6	4	4	5	4	35
Alentejo	5	3	4	2	3	3	4	5	29
Algarve	4	1	1	3	1	1	2	2	15
R.A. Açores	0	4	3	5	6	5	3	3	29
R.A. Madeira	0	2	2	1	2	2	1	1	11

Após a análise às categorias, importa, assim definir valores para o índice (tabela 18), e perceber qual é a região mais orientada para aspetos sociais.

**Tabela 18:** Índice de orientação social

	Resposta do Estado aos problemas sociais (e)	Fundos europeus e nacionais (h)	Setor da economia social (f)	Participação da população (g)	Orientação social (e+f+g+h)	Índice de orientação social <sup>6</sup>
Norte	33	56	7	5	101	96
Centro	22	43	6	7	78	74
A.M. Lisboa	27	35	5	6	73	70
Alentejo	20	29	4	3	56	53
Algarve	15	15	3	4	37	35
R.A. Açores	8	29	2	1	40	38
R.A. Madeira	15	11	1	2	29	28

Agrupando-se as categorias, verifica-se que a região Norte está mais orientada para o nível social, caracterizada pelo maior acréscimo de entidades sociais, pela existência de mais fundos destinados a situações de carência social e à própria resposta do Estado que nesta região lidera. Por sua vez, as regiões autónomas e o Algarve apresentam-se na situação oposta.

Ainda neste índice, relativamente à categoria definida por orientação das empresas, importa salientar que esta não sofreu o mesmo processo de análise. O indicador que compõe esta categoria apresentava somente dados para Portugal, não se adequando, portanto à análise a ser estudada (regional). Contudo, dada a sua importância, achou-se por bem mencionar algumas informações caracterizadoras de Portugal, caracterizando também (de uma forma parcial) as regiões NUTS II.

Assim, de acordo com os dados da Conta Satélite da Economia Social (CSES), em 2013 (último ano de análise da fonte), as áreas que beneficiaram de mais investimento por

<sup>6</sup> Arredondado à unidade (considerou-se 105, valor máximo que cada região poderia obter na orientação social, igual a 100).

parte das entidades sociais foram: cultura, desporto e recreio; ação e segurança social; culto e congregações; organizações profissionais, sindicais e políticas; desenvolvimento habitação e ambiente; ensino e investigação. Analisando o relatório da fonte é notável que o investimento nestas advém predominantemente de associações com fins altruísticos. No entanto, é de considerar também as associações mutualistas, fundações e misericórdias no investimento da área da ação e segurança social, considerando estas áreas como prioritárias. Não menos importante, são as cooperativas que investiram mais na área do comércio, consumo e serviços.

Para além do indicador acima evidenciado, importa também dar destaque ao indicador referente aos objetivos socioeconómicos das despesas em I&D das empresas, ensino superior, Estado e IPSFL. Apesar deste indicador não refletir o papel destes agentes enquanto entidades sociais pode, de certa forma, dar informação acerca das prioridades de cada agente na sociedade. No caso das IPSFL, a saúde (54.6%) e a promoção geral do conhecimento (39.4%) são as áreas de maiores despesas em I&D, sucedendo-se o mesmo com o ensino superior (18.28% e 28.82%, respetivamente). Já as empresas tendem a investir mais nos transportes, telecomunicações e infraestruturas, saúde e promoção da produtividade e das tecnologias industriais. A saúde, agricultura, transportes e telecomunicações são as áreas de maior investimento por parte do Estado.

Em suma, apesar destes dois indicadores não disponibilizarem qualquer tipo de informação para cada região, permitem descrever a economia social portuguesa, bem como ter alguma perspetiva acerca das áreas de investimento das empresas, ensino superior, IPSFL e Estado em aspetos sociais.

#### **4.3.3. Índice de inovação social**

O Índice de inovação social, definido pelo modelo RESINDEX (Sinnergiak, 2013), diz respeito às respostas inovadoras aos problemas sociais. De facto, são diversos os problemas sociais que merecem uma maior atenção por parte dos empreendedores, exigindo respostas/soluções com uma característica singular: a inovação. Contudo, nem todas as iniciativas/projetos são inovadores.

Quando se olha para o panorama português entre 2010 e 2013, as associações mutualistas, as misericórdias e as associações e outras organizações da economia social (OOES) foram as entidades sociais, consideradas pelo CSES, que obtiveram um acréscimo

na produção, sucedendo-se o mesmo com o valor acrescentado bruto. No entanto, o efeito total na economia social foi negativo em ambos os indicadores (tabela 19).

**Tabela 19:** Variação da economia social (2010-2013)

	Variação da economia social	
	Produção	VAB
	10 <sup>6</sup> euros	10 <sup>6</sup> euros
Cooperativas	-813,2	-259,7
Associações Mutualistas	29	22,3
Misericórdias	2,2	22,9
Fundações	-117,4	-110,2
Associações e OOES	364,3	268,6
Total Economia Social	-535,1	-56,1

**Fonte:** CSES (2010 e 2013)

Ainda assim, quando se considera os valores para o total do país verificou-se que em 2013, “o setor da Economia Social revelou um comportamento económico francamente positivo quando comparado com o da economia nacional”<sup>7</sup>, contribuindo 3,8% para o PIB nacional. Apesar da recente crise económica e financeira assistiu-se a um aumento do peso da economia social no emprego total (5,2%) e no emprego remunerado (6%).

Esta realidade demonstra o papel importante não apenas em termos sociais, mas também em termos económicos, que a economia social apresenta no total nacional.

Contudo, o que importa para este trabalho é saber quais as regiões cujas iniciativas apresentam um potencial de empreendedorismo e inovação social.

O MIES - Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social, é um projeto de investigação, desenvolvido pelo IES - Social Business School e pela IPAV- Instituto Padre António Vieira. O seu objetivo é mapear as iniciativas de elevado potencial de empreendedorismo social, utilizando a metodologia ES+. Esta é faseada em 4 etapas, a destacar:

Fase 1: Contacto e entrevistas presenciais a observadores privilegiados;

Fase 2: Telefonemas de despiste aos líderes das iniciativas identificadas;

Fase 3: Inquérito profundo aos líderes das iniciativas selecionadas;

<sup>7</sup> Informação disponível em [www: <URL:http://www.cases.pt/contasatelitedaes/>](http://www.cases.pt/contasatelitedaes/), acedido a 20 de maio 2017

Fase 4: Apresentação ao Conselho Académico e Científico (CAC) e seleção das iniciativas ES+.

Ao recorrer aos resultados deste projeto verifica-se que o Norte lidera as iniciativas referenciadas (fase 2), com um total de 1532, seguindo-se do Alentejo (1155 iniciativas) e da região Centro (1074 iniciativas). Para complementar esta informação, quando se recorre a notícias de imprensa sobre esta temática também se conclui que a região Norte se destaca em relação às demais regiões.

Relativamente à fase 4 da metodologia ES+, na região Norte foram consideradas 57 iniciativas ES+ (iniciativas com grande valor e muito impacto potencial), isto é, iniciativas que quando comparadas com as restantes se destacam pelos “recursos humanos altamente qualificados e dedicados, capacidade de liderança e gestão, capacidade de planeamento e estratégia, capacidade de comunicação interna e capacidade de implementação de projetos” (IES & IPAV, p. 408-409). No Centro foram destacadas 48 iniciativas ES+ e no Alentejo 29 iniciativas (tabela 20).

**Tabela 20:** Dados da metodologia ES+ aplicada pelo MIES

	Norte	Centro	Alentejo
Entrevistas a Observadores privilegiados	753	544	421
Telefonemas de despiste a iniciativas referenciadas	1642	1201	1289
Iniciativas válidas	639	786	716
Questionário às iniciativas válidas	201	140	119
ES+ selecionados	57	48	29

**Fonte:** IES & IPAV (2015)

O MIES não apresenta ainda qualquer resultado para as restantes regiões NUTS II de Portugal. Consequentemente para este trabalho apenas se considerou a informação disponível.

Na tabela 21 está presente o índice de inovação social, refletindo a informação do MIES, considerando o valor 7 para a região que possui um maior número de iniciativas ES+ identificados no MIES.

**Tabela 21:** Índice de inovação social

Regiões	Inovação social	Índice de inovação social <sup>8</sup>
Norte	7	100
Centro	6	86
A.M. Lisboa	Sem dados	-
Alentejo	5	71
Algarve	Sem dados	-
R.A. Açores	Sem dados	-
R.A. Madeira	Sem dados	-

#### 4.4. Análise dos resultados: análise dos gaps

O grande objetivo deste trabalho centrou-se na aplicação dos índices do modelo RESINDEX no contexto das regiões NUTS II de Portugal, através do recurso a dados secundários e por isso a indicadores já existentes. Com a metodologia utilizada responderam-se as 3 questões: quais as regiões com mais potencial para inovar, quais as que estão mais orientadas para os aspetos sociais, e por fim, quais as regiões cujas inovações sociais terão um impacto maior na sociedade, sendo este último aspeto o mais crucial.

Saber se uma inovação teve muito ou pouco impacto na sociedade continua a ser um desafio para os empreendedores, financiadores e decisores de política.

Tendo em conta que não foi possível determinar o índice de inovação social para algumas das regiões portuguesas pela inexistência de informação, com o objetivo de aumentar o contributo no trabalho e na área em estudo, definiu-se um segundo objetivo: determinar o que é necessário passar a existir em algumas regiões portuguesas para que a inovação social seja de grande impacto positivo.

Com o intuito de atingir resultados, foi definida uma região de referência, a região Norte. Esta escolha prendeu-se com o facto desta região deter, até à atualidade, mais iniciativas de elevado potencial de empreendedorismo social, segundo o MIES. Por outras palavras, o Norte, representado pela sua grande potencialidade, destaca-se pelas

---

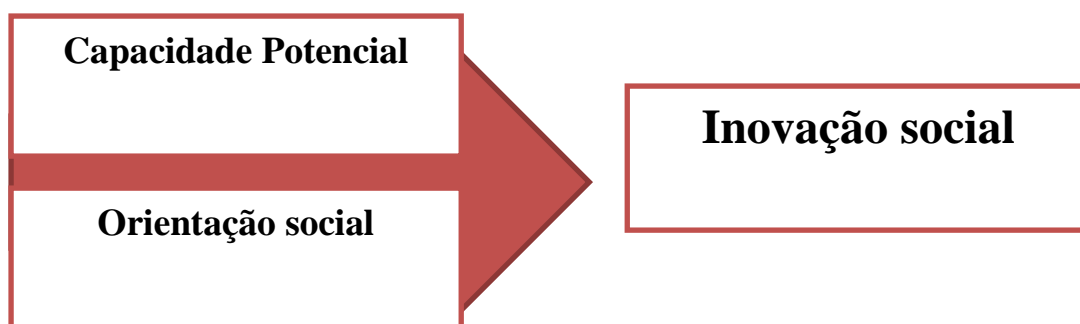
<sup>8</sup> Arredondado à unidade (considerou-se 7, o valor máximo que cada região poderia obter na inovação social, igual a 100)

“iniciativas que resolvem problemas sociais/ambientais negligenciados com elevado potencial de transformação positiva na sociedade, desafiando a visão tradicional e utilizando modelos de negócio inovadores com potencial de crescerem e/ou se replicarem noutra local geográfico”<sup>9</sup>. Para além do maior número de iniciativas, é na região Norte que se apresentam mais entidades da economia social, sendo este um aspeto crucial no âmbito do desenvolvimento de projetos inovadores sociais.

Perante estas justificações importa determinar em que posição se encontram as restantes regiões relativamente à região “líder”. Mais importante ainda perceber o percurso de cada região e o que deve ser feito para que o caminho a percorrer seja o melhor.

Da literatura existente é possível concluir que o impacto da inovação social na sociedade sofre influência não apenas da capacidade de inovação da região, mas igualmente da orientação para os aspetos sociais. A nova forma de pensar (André e Abreu (2006), a colaboração entre os agentes (Seufert et.al., 1999; Carlsson, 2003), o financiamento disponível, a disponibilidade de profissionais da área (Mulgan et al., 2007b) e a educação (Dykes et al., 2010) são alguns exemplos que refletem a influência tanto da capacidade disponível como da orientação para os aspetos sociais (figura 6).

**Figura 6:** Processo da inovação social



**Fonte:** realização própria

Assim, considerou-se como determinantes ao objetivo os dois índices abordados: o índice de capacidade potencial e o índice de orientação social. Para atingir o objetivo foi calculada a diferença dos valores dos dois índices de cada região relativamente à região de referência, a região Norte (ver tabela 22).

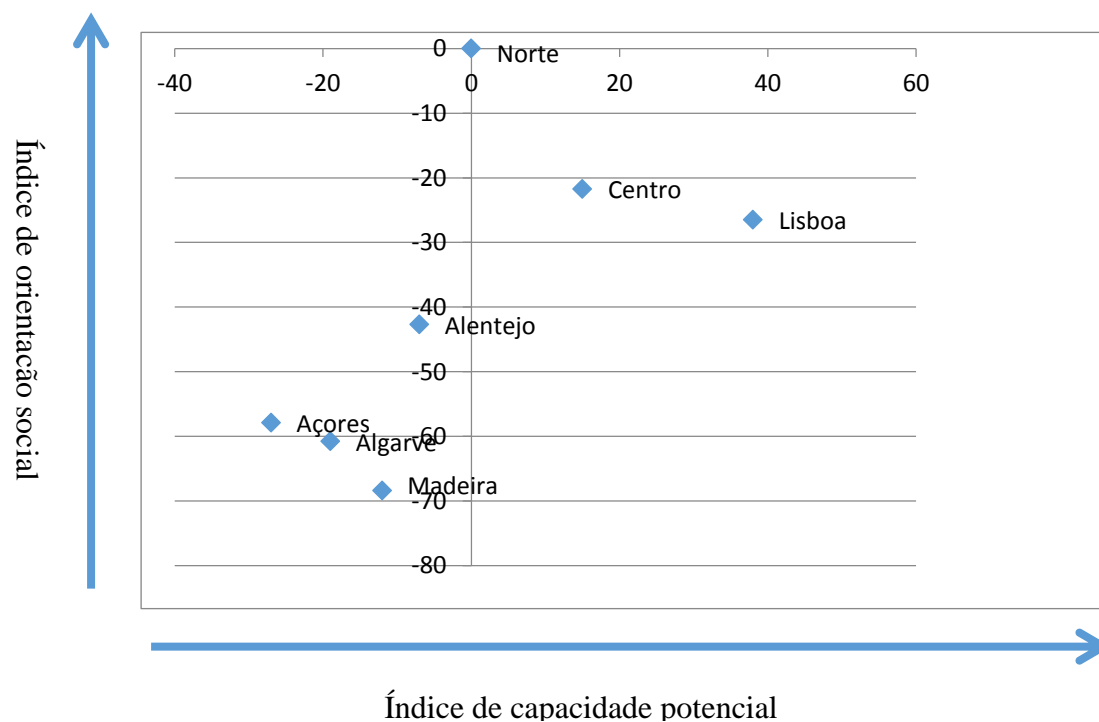
<sup>9</sup> Disponível em [www. <URL:http://www.mies.pt/index.php/pt/o-mies/o-que-e>](http://www.mies.pt/index.php/pt/o-mies/o-que-e), acedido a 30 março 2017

**Tabela 22:** Análise dos gaps

	Valores dos índices		Valor dos gaps	
	ICP	IOS	ICPi-ICPn	IOSi-IOSn
Norte	59	96	0	0
Centro	74	74	15	-22
A.M. Lisboa	97	70	38	-26
Aentejo	52	53	-7	-43
Algarve	40	35	-19	-61
R.A. Açores	32	38	-27	-58
R.A. Madeira	47	28	-12	-68

Para mais fácil interpretação destes valores, estes foram colocados na figura 7.

**Figura 7:** Mapa: análise dos gaps



É possível verificar a dispersão das características das outras regiões comparadas com a região em destaque, a região Norte. Ainda assim, sendo as regiões diferentes, importa analisar o gap de cada região em relação ao Norte. O objetivo é perceber o que falta a cada uma das regiões para estar na posição líder ocupada pela região Norte.



Assim, olhando para a figura 7, é possível verificar que:

- 1- existe uma divisão do país em dois grupos de regiões: por um lado, as regiões Centro e Lisboa com um nível de capacidade potencial superior à região Norte; por outro lado, as restantes regiões com capacidades potenciais mais baixas relativamente à região de referência;
- 2- todas as regiões apresentam um nível de orientação social mais baixo relativamente ao Norte;
- 3- a orientação social aumenta de sul para norte de Portugal.

Perante esta análise de dados, e considerando que o Norte é a região líder e de referência, é notável que mais do que a importância da capacidade potencial, é essencial a orientação para os aspetos sociais. De facto, regiões como o Centro e Lisboa, embora apresentem um nível superior de capacidade em relação ao Norte, não são consideradas como regiões de grande potencial de iniciativa social. Embora os recursos financeiros, recursos educacionais e outros sejam importantes no avanço das inovações, não havendo a orientação para os problemas sentidos na sociedade, é expectável que o impacto das inovações realizadas seja menor.

Desta forma, mais do que recursos financeiros ou outro tipo de recursos indispensáveis ao desenvolvimento de iniciativas inovadoras sociais é necessário que os empreendedores tenham uma mente direccionada para os aspetos sociais, detendo, portanto, as características de um empreendedor social.

A par desta conclusão cabe assim mencionar que deve haver uma “melhor reafetação dos recursos” para se atingir o output desejável. No mundo empresarial (com dois inputs  $X_1$  e  $X_2$ ) nem sempre mais  $X_1$  implica maior  $Y$ , mas sim uma combinação de  $X_1$  e  $X_2$ . O mesmo acontece nesta realidade. Apesar de existirem os recursos financeiros e outros para inovar, não implica que o sucesso da inovação seja garantido. É, portanto, necessário equilibrar todos os fatores necessários ao sucesso da inovação, sejam eles fatores financeiros, recursos humanos, entre outros.

Perante a realidade descrita, os resultados levam a mencionar que o sul do país apresenta o caminho mais longo, uma vez que a orientação social é a mais fraca. No caso dos Açores, Madeira, Algarve e Alentejo, a existência de uma menor capacidade, em simultâneo com a mais baixa orientação social, faz com que sejam as regiões mais

distantes de uma posição mais confortável. Por sua vez, o Centro é a região que está mais próxima da região Norte.

## 5. Conclusão

A inovação social, segundo Mulgan (2006), é definida como o desenvolvimento e implementação de novas ideias (produtos, serviços e modelos) com o objetivo de responder às necessidades sociais. Este e muitos outros autores têm evidenciado nos seus artigos a importância desta área na realidade social. Contudo, apesar da importância que este conceito começou a ganhar, a inovação social ainda apresenta diversas limitações, onde se destaca a dificuldade em mensurar o impacto das inovações sociais.

Sendo um processo complexo, medir a inovação social traz diversas vantagens pois permite compreender o que não está certo, identificando as razões, permite a construção de uma base de conhecimento para partilhar com outros, permite aos empreendedores terem uma visão de quando e como é necessário melhorar, permite motivar todas as partes interessadas com base em resultados mais concretos e mensuráveis e permite criar relações com outros parceiros. É neste contexto, que a literatura apresenta diversas abordagens e ferramentas para combater esta limitação, como é exemplo o modelo apresentado pelo TEPsie, o indicador SROI e o modelo RESINDEX.

De entre as ferramentas apresentadas, e sendo objetivo deste trabalho contribuir para a mensuração regional da inovação social, aplicou-se o modelo RESINDEX nas regiões NUTS II portuguesas como forma de aferir a capacidade potencial de cada região para a inovação, a orientação social de cada região para os aspetos sociais e o impacto das inovações sociais em cada região.

Com a utilização de indicadores disponíveis em diversas fontes estatísticas como o INE ou o DGEEC, a definição de uma escala para garantir a mesma unidade de medida dos indicadores e o cálculo de médias permitiram estudar os três índices definidos pelo modelo RESINDEX.

Assim, após a aplicação da metodologia para a adaptação dos índices a dados secundários, verificou-se que, no caso do índice de capacidade potencial, a Área metropolitana de Lisboa lidera, seguindo-se as regiões Centro e Norte. No mesmo sentido, no que diz respeito ao índice de orientação social a região Norte destaca-se.

Numa posição oposta encontram-se as regiões do sul (Açores, Madeira, Algarve) que em ambos os índices encontram-se numa posição inferior relativamente às restantes regiões.

As regiões do Sul, caracterizadas, na sua generalidade, por níveis de aprendizagem mais baixos, reduzidas despesas em I&D e de baixa cooperação entre empresas permite com que as regiões a Norte liderem. O mesmo acontece com a orientação social, onde se verifica, no caso da região Norte uma maior predisposição da sociedade para investir em projetos sociais, verificando-se o maior número de entidades da economia social. No mesmo sentido, a maior dominância de disponibilidade de fundos orientados para situações sociais parece permitir que a sociedade se foque mais nestas questões.

Para além dos dois índices anteriores, importa dar importância ao índice de inovação social, uma vez que é este que remete para a questão do impacto das inovações sociais causado. Para este índice só houve disponibilidade de dados para três regiões, a destacar o Norte, Centro e Alentejo. Desta forma, de acordo com os dados obtidos, verificou-se que é na região Norte que existem mais iniciativas ES+.

Perante esta análise de dados, importou saber qual a posição de cada região no contexto da inovação social, sobretudo relativamente à região que se destaca no índice de inovação social, a região Norte. Saber o que falta às restantes regiões para atingirem a posição de líder, em termos de capacidade e orientação social, foi um segundo objetivo definido neste trabalho. E é neste contexto, que perante uma análise de gaps, se verificou que Portugal se encontra dividido em dois grupos: enquanto que as regiões Centro e Lisboa se caracterizam por níveis do índice de capacidade potencial superiores aos da região Norte, as restantes regiões estão numa posição contrária. Por outro lado, foi possível verificar que todas as regiões se encontram abaixo do nível do índice de orientação social da região de referência. Não menos importante, é a ordem das regiões no que diz respeito a este último índice: a orientação social cresce de sul para Norte, geograficamente.

Perante estes factos foi possível concluir que é necessário haver um melhor balanceamento entre a capacidade potencial e a orientação social para que haja impacto da inovação social.

Perante as conclusões retiradas da análise de dados, verificou-se, que no contexto da inovação social, as regiões portuguesas ainda apresentam grandes diferenças entre si. Talvez a falta de divulgação desta nova área seja a justificação para tal realidade, ou mesmo a falta de apoios que justificam a não aposta nesta área. Ainda assim, importa dar destaque à sensibilização da sociedade para esta nova forma de resolução de problemas

sociais. Uma sociedade orientada para os problemas, com uma visão de entreajuda, é um grande passo para o sucesso das iniciativas sociais.

Estando os resultados apresentados, importa evidenciar algum trabalho futuro que deve ser feito na área da inovação social. Após as dificuldades sentidas neste trabalho em adaptar o modelo RESINDEX às regiões NUTS II portuguesas, sobretudo devido à ausência de dados regionais adequados aos índices, espera-se que futuramente se assista a uma maior cooperação entre a sociedade e políticos em definir um modelo único e consensual. Acrescenta-se ainda, que devem ser criados dois modelos: um direcionado ao nível individual/organizacional e outro direcionado para o contexto territorial.

Com o objetivo cumprido, espera-se que este trabalho sirva para informar os interessados e os decisores políticos desta lacuna que a área da inovação social sofre, bem como se espera que sirva como forma de incentivo e divulgação do interesse pela área.



## Referências

André, I. & Abreu, A. (2006). Dimensões e espaços da inovação social. *Finisterra*, 41(81), 121-141, doi: 10.18055

Ávila, L. & Amorim, M. (2014). The State of Social Entrepreneurship in Portugal: SEFORIS Country Report. Seforis, Disponível em [www: <URL:https://static1.squarespace.com/static/56d2eebbb654f9329ddbd20e/t/5773e6a859cc68b348677cd6/1467213482961/Country\\_Report\\_Portugal.pdf>](http://www.seforis.org/Portugal), Acedido em 10 novembro 2016

Benneworth, P. & Cunha, J. (2013). Universities contributions to social innovation: towards a theoretical framework. Disponível em [www: <URL:http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/25957>](http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/25957), Acedido em 12 janeiro 2017

Bignetti, L. (2011). As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. *Ciências Sociais Unisinos*, 47(1), 3-14

Brouwers, J., Prins, E. & Salverda, M. (2010). *Social Return On Investment - A Practical guide for the development cooperation sector*. ISBN: 978-90-77526-06-4

Caeiro, J. (2005). Economia social: conceitos, fundamentação teórica e principais desafios. *Intervenção social*, 31, 65-84, ISSN: 0874-1611

Campos, J. & Ávila, R. (2005). *The social economy in the european union*. CIRIEC.

Carlsson, S. (2003). Knowledge Managing and Knowledge Management Systems in Inter-organizational Networks. *Knowledge and Process Management*, 10(3), 194-206

CASES (2013). *Conta Satélite da Economia Social em 2010*. INE, Acedido em 20 outubro 2016

CASES (2016). Conta Satélite da Economia Social em 2013. INE, Acedido em 20 outubro 2016

CESE (2011). Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre o tema «Empreendedorismo social e empresas sociais» (parecer exploratório). Jornal oficial da União Europeia, Nº 024, Série OJ-C, Subserie R

Cloutier, J. (2003). Qu'est-ce que l'innovation sociale?. Cahier du CRISES- Collection Études théoriques – no ET0314, ISBN: 2-89605-135-X

Comeau, Y. (2004). Les contributions des sociologies de l'innovation à l'étude du changement social. Innovations Sociales et Transformations des Conditions de Vie. Actes du Colloque – 16 Avril, Cahiers du CRISES, Collection Études Théoriques, ET0418, 29-44, ISBN: 2-89605-169-4

Comissão Europeia (2013). Guide to social innovation. Regional and Urban Policy, Disponível em [www: <URL: http://ec.europa.eu/growth/industry/innovation/policy/social\\_pt>](http://ec.europa.eu/growth/industry/innovation/policy/social_pt), Acedido em 25 de maio de 2016

Comissão Europeia (2014). Social Innovation- a decade of changes- a BEPA report. ISBN: 978-92-79-39417-1, DOI: 10.2796/27161

Comissão europeia (2011). Comunicação da comissão ao parlamento europeu, ao conselho, ao comité económico e social europeu e ao comité das regiões. Disponível em [www: <URL: http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52011DC0682&from=PT>](http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52011DC0682&from=PT), Acedido a 27 março 2017

DGEEC (2016). Investigação e desenvolvimento (IPCTN), Disponível em [www: <URL: http://www.dgeec.mec.pt/np4/206/>](http://www.dgeec.mec.pt/np4/206/), Acedido a 29 outubro de 2017



DGEEC (2014). Sumários Estatísticos - CIS2012: Inquérito Comunitário à Inovação. INE

DGEEC (2016). Sumários Estatísticos - CIS2014: Inquérito Comunitário à Inovação. INE

Dykes, G., Groff, J., Renfrew-Knight, H. & Sutch, D. (2010). Driving social innovation in education. An HP white paper

Edwards-Schachter, M. E., Matti, C. E. & Alcántara, E. (2012). Fostering Quality of Life through Social Innovation: A Living Lab Methodology Study Case. Review of Policy Research, 29(6), 672–692, doi: 10.1111/j.1541-1338.2012.00588.x

EVERIS (2015). Relatório de avaliação de impacto social-metodologia SROI. Disponível em [www: <URL:http://www.cvidaepaz.pt/site/wp-content/uploads/2015/04/SROI-Prospetivo-das-Equipas-de-Rua\\_-Relat%C3%B3rio-2015-.pdf>](http://www.cvidaepaz.pt/site/wp-content/uploads/2015/04/SROI-Prospetivo-das-Equipas-de-Rua_-Relat%C3%B3rio-2015-.pdf), Acedido em 20 janeiro 2017

GRAIS (2015). Linhas de Orientação para Investidores e Financiadores Socialmente Responsáveis. Disponível em [www: <URL:http://www.fundacaoedp.pt/folder/galeria/ficheiro/26\\_linhas-de-orientacao-para-investidores-e-financiadores-socialmente-responsaveis\[1\]\\_mh3bifihyf.pdf>](http://www.fundacaoedp.pt/folder/galeria/ficheiro/26_linhas-de-orientacao-para-investidores-e-financiadores-socialmente-responsaveis[1]_mh3bifihyf.pdf), Acedido em 18 dezembro 2016

Grupo de trabalho Português para o Investimento Social (2015). Novas abordagens para mobilizar financiamento para a inovação social em Portugal. Disponível em [www: <URL:http://www.peprobe.com/wp-content/uploads/2015/06/GT-Investimento-Social\\_-Relat%C3%B3rio-Final-2.pdf>](http://www.peprobe.com/wp-content/uploads/2015/06/GT-Investimento-Social_-Relat%C3%B3rio-Final-2.pdf), Acedido em 7 de janeiro 2017

Howaldt, J. & Schwarz, M. (2010). Social Innovation: Concepts, research fields and international trends. Volume 5 de Studies for innovation in a modern working environment: International monitoring, Editor: IMA/ZLW, ISBN 3935989199, 9783935989190

IES & IPAV (2015). Mapa de inovação e empreendedorismo social. ISBN 978-972-99721-4-0

INE. Aprendizagem ao longo da vida. Acedido em 20 outubro 2016

INE. Beneficiários do abono de família. Acedido em 23 outubro 2016

INE. Beneficiários do Rendimento Social de Inserção. Acedido a 23 outubro 2016

INE. Beneficiários do subsídio de desemprego em % dos beneficiários ativos. Acedido em 23 outubro 2016

INE. Bonificação por deficiência. Acedido a 23 outubro 2016

INE. Despesas em I&D do Estado, empresas, IPSFL, educação superior. Acedido a 22 outubro 2016

INE. Produto Interno Bruto por Habitante a preços correntes. Acedido em 20 outubro 2016

INE. Subsídio mensal vitalício. Acedido em 23 outubro 2016

INE. Taxa de escolaridade. Acedido em 20 outubro 2016

Mulgan, G. (2006). The Process of Social Innovation. *Innovations: Technology, Governance, Globalization*. 1(2), 145-162

Mulgan, G., Murray, R. & Caulier-Grice, J. (2008). How to Innovate: The tools for social innovation. The Young Foundation, Disponível em [www: <URL:http://youngfoundation.org/publications/how-to-innovate-the-tools-for-social-innovation/>](http://youngfoundation.org/publications/how-to-innovate-the-tools-for-social-innovation/), Acedido a 27 dezembro 2016

Mulgan, G., Murray, R. & Caulier-Grice, J. (2010). The Open Book of Social Innovation: Ways to Design, Develop and Grow Social Innovation. London: Nesta, Disponível em [www: <URL:http://www.nesta.org.uk/publications/open-book-social-innovation>](http://www.nesta.org.uk/publications/open-book-social-innovation), Acedido em 12 maio 2017

Mulgan, G., Tucker, S., Ali, R. & Sanders, B. (2007b). In and out of the sync- The challenge of growing social innovation. London: NESTA - National Endowment for Science, Technology and the Arts

Mulgan, G., Tucker, S., Ali, R. & Sanders, B. (2007a). Social innovation-What it is, Why it matters. The Young foundation, Basingstoke Press, ISBN 1-905551-0-7 / 978-1-905551-03-3

Neumeier, S. (2012); Why do Social Innovations in Rural Development Matter and Should They be Considered More Seriously in Rural Development Research? – Proposal for a Stronger Focus on Social Innovations in Rural Development Research. Sociologia Ruralis, Vol 52, 48-69

OBESP. (2012-2013). A Economia Social:2011 Conceito proposto pelo OBESP. Disponível em [ww: <URL:http://www.cases.pt/observatorio-da-es/>](http://www.cases.pt/observatorio-da-es/), Acedido a 27 junho 2016

Portugal 2020. Programas Operacionais Portugal 2020. Disponível em [www: <URL:https://www.portugal2020.pt/Portal2020/programas-operacionais-portugal-2020-2>](https://www.portugal2020.pt/Portal2020/programas-operacionais-portugal-2020-2), Acedido a 1 dezembro de 2017

Schmitz, B., Krlev, G., Mildenerberger, G., Bund, E. & Hubrich, D. (2013). Paving the Way to Measurement – A Blueprint for Social Innovation Metrics. A short guide to the research for policy makers. A deliverable of the project: “The theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in Europe” (TEPSIE), European Commission – 7th Framework Programme, Brussels: European Commission, DG Research

Seufert, A., Krogh, G., Back, A. (1999). Towards Knowledge Networking. *Journal of Knowledge Management*, 3(3), 180 – 190.

Shaw, E. & Bruin, A. (2013). Reconsidering capitalism: the promise of social innovation and social entrepreneurship?. *International Small Business Journal*, 31(7), 737–746, DOI: 10.1177/0266242613497494

Sinnergiak (2013). A regional index to measure social innovation. Innobasque, Legal Deposit: BI-949-2013

Soares, C., Fialho, J. A., Chau, F., Gageiro, J. & Pestana. H. (2012). A economia social e a sua sustentabilidade como fator de inclusão social. Disponível em [www: <URL:http://www.poatfse.qren.pt/upload/docs/Diversos/ESTUDOS/Relatorio%20Final.pdf>](http://www.poatfse.qren.pt/upload/docs/Diversos/ESTUDOS/Relatorio%20Final.pdf), Acedido em 20 maio 2016

TEPSIE (2014). Social innovation theory and research: a guide for researchers. A deliverable of the project: “The theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in Europe” (TEPSIE). European Commission – 7th Framework Programme, Brussels: European Commission, DG Research

The Young foundation (2012). Social Innovation Overview: A deliverable of the project: “The theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in Europe” (TEPSIE), European Commission – 7th Framework Programme, Brussels: European Commission, DG Research

## Anexo I - Fundos da União Europeia e nacionais

	Fundos da EU e Nacionais							
	Emprego e Mobilidade Laboral		Inclusão Social e combate à pobreza		Ensino e aprendizagem ao longo da vida		Economia do baixo carbono	Ambiente e eficiência dos recursos
	FEDER	FSE	FEDER	FSE	FEDER	FSE	FEDER	FEDER
Norte	70 582 380 €	176 671 903 €	183 851 137 €	168 592 327 €	203 233 499 €	309 501 660 €	433 902 466 €	310 771 361 €
Centro	69 249 802 €	147 371 998 €	118 985 493 €	80 361 703 €	112 199 706 €	226 563 879 €	194 561 726 €	306 768 119 €
A.M.Lisboa	0 €	148 021 728 €	144 000 000 €	144 000 000 €	65 866 954 €	129 392 092 €	170 000 000 €	68 000 000 €
Alentejo	27 774 347 €	69 891 967 €	108 180 459 €	38 503 540 €	49 272 678 €	105 249 669 €	150 780 844 €	168 814 368 €
Algarve	15 000 000 €	42 552 290 €	15 625 000 €	39 000 000 €	13 093 493 €	26 391 760 €	25 000 000 €	31 250 000 €
R.A. Açores	0 €	115 052 955 €	98 235 295 €	104 588 236 €	120 470 589 €	148 235 295 €	59 915 548 €	67 427 648 €
R.A. Madeira	0 €	52 329 412 €	19 129 412 €	25 188 236 €	30 211 765 €	69 223 530 €	21 223 530 €	29 317 648 €

**Fonte:** Portugal 2020, Programas operacionais 2020